

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Termo de Referência 41/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2026	290002-DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	KARYNE OLIVEIRA RAMOS BASTOS	26/05/2026 16:32 (v 0.13)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		08038.011386/2025-26

1. Condições Gerais da Contratação

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender às necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Unidade	Descrição	Quant. de postos
1	Foz do Iguaçu/PR	Limpeza e Conservação	02
2	Santa Maria/RS		01
3	Canoas/RS		01

1.2. A presente licitação será realizada por item, considerando-se como item cada uma das Unidades. A LICITANTE poderá participar de um ou mais itens, devendo, para tanto, apresentar proposta completa para todos os elementos do objeto descritos em cada item.

1.3. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. A prorrogação do prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CONTRATANTE, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP nº 44/2026, anexo II do Edital.

3. Descrição da Solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP nº 44/2, Anexo II do Edital.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. A CONTRATADA deverá observar o disposto na Instrução Normativa - IN nº 1, de 2010, da SEGES e os aspectos definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.1.1.1. Orientar e treinar seus empregados para realizar os serviços, procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos;

4.1.1.2. Observar as orientações da administração do prédio das Unidades da DPU em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** para a correta separação dos resíduos recicláveis e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

4.1.1.3. Substituir o uso de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.1.4. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas, se insubstituíveis, ou poluentes;

4.1.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.1.6. Promover aos seus funcionários cursos de capacitação em sustentabilidade, adequados ao objeto do contrato, e a adoção de práticas de sustentabilidade vigentes no prédio das Unidades da DPU em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**.

4.1.2. Exerçam práticas de sustentabilidade previstas no instrumento convocatório, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU da Advocacia-Geral da União de 2021, bem como o previsto na Instrução Normativa nº 5, de 2017 – SEGES/MPDG (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).

4.1.3. A CONTRATADA deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

4.1.3.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.3.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema;

4.1.3.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.3.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.3.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.3.6. Realizar a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, e a sua destinação prioritária às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será precedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN MARE nº 6, de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 2022;

4.1.3.7. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.3.8. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA vigente.

4.1.3.8.1. Para fins de coleta seletiva ou logística reversa, os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, com base no artigo 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022;

4.1.4. A CONTRATADA deverá respeitar os termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010, e adotar as seguintes providências:

4.1.4.1. Realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela CONTRATANTE;

4.1.4.1.1. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

4.1.4.2. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

4.1.4.2.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

4.1.4.2.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.4.2.3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4.2.4. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

4.1.4.2.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.4.2.6. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

4.1.4.3. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

4.1.4.4. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.4.6. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4.7. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

4.1.4.7.1. Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

4.1.4.7.2. Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

4.1.4.7.3. Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.” De acordo com a IN nº 5, de 2017, SEGES/MPDG, a CONTRATANTE deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço, conforme disposto no Caderno de Logística, Anexo VI – B da IN nº 5, de 2017.

4.1.4.8. Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item;

4.1.4.9. A CONTRATADA deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4.9.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água;

4.1.4.9.2. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.4.9.3. Providenciar destinação ambiental adequada a lâmpadas e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

4.1.4.9.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;

4.1.4.9.5. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais (art. 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e art. 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 2000).

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Consórcio

4.3.1. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o Edital não traz em seu Termo de Referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela CONTRATANTE.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

4.4.2. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a empresa CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços e 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

4.4.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, ou fiança bancária;

4.4.3.1. Quando a escolha for a modalidade seguro-garantia o prazo mínimo para a apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, com fulcro no artigo 96, § 3º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.4. A validade da garantia, qualquer uma que seja escolhida, deverá ser durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do artigo 97 da Lei n.º 14.133, de 2021 e complementada no caso de acréscimo previsto no artigo 125, da referida Lei;

4.4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.4.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.4.6.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.4.6.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

4.4.6.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

4.4.7. A modalidade Seguro-Garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

4.4.7.1. Com base no princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que determina que a administração pública deve atuar com celeridade, eficácia e economicidade e no artigo 98 da Lei nº 14.133, de 2021, o seguro garantia será executado independentemente de decisão judicial transitada em julgado, em razão da constatação do inadimplemento de obrigações contratuais, rescisão unilateral do contrato ou aplicação de sanções administrativas previstas neste instrumento.

4.4.7.2. O seguro que não atenda a condicionante de execução independentemente de decisão judicial transitada em julgado, será rejeitada, com base na avaliação de conveniência e oportunidade;

4.4.7.3. Em conformidade com o Parecer nº: 00036/2024/DECOR/CGU/AGU, o seguro pode ser aceito ou recusado quando condiciona sua execução ao trânsito em julgado de decisão, vejamos:

"I - Não se mostra compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, a cláusula de seguro-garantia que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra";

II - A apólice de seguro-garantia que contenha essa previsão é passível de rejeição, cabendo à Administração a decisão a partir da avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade."

4.4.8. A garantia em dinheiro (caução) deverá ser efetuada em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, mediante depósito em conta específica, com correção monetária a crédito da CONTRATANTE;

4.4.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento):

4.4.9.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4.9.2. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.4.10. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 2000, podendo a Contratante recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos:

4.4.10.1. Não serão admitidos como garantia os títulos da dívida pública emitidos por pessoas jurídicas de direito público no período de 1850 a 1930, assim como aqueles de duvidosa liquidez, à critério da Contratante, além de pedras preciosas, ainda que portadoras de certificado de conformação geológica.

4.4.11. No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.4.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.4.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.4.14. Será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da CONTRATADA em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.

4.4.14.1. Caso a CONTRATADA não efetue uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 2 (dois) meses de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual.

4.4.14.2. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no subitem anterior, ao CONTRATANTE deverá reter:

4.4.14.2.1. A garantia contratual, conforme artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, nos termos da legislação que rege a matéria;

4.4.14.2.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada; e

4.4.14.2.3. Nas hipóteses previstas nos subitens 4.4.13.2.1e 4.4.13.2.2, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato utilizando-se tanto da garantia como das notas fiscais.

4.4.15. Será considerada extinta a garantia:

4.4.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Termo de Contrato; e

4.4.15.2. No prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do termo de contrato, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

4.4.16. A CONTRATANTE poderá decidir sobre a idoneidade da instituição que outorgue a garantia, determinando a sua substituição;

4.4.17. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

4.4.18. Para a prestação da garantia contratual fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiro (seguradoras, instituições financeiras etc.) cláusula de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual;

4.4.19. A CONTRATADA deverá encaminhar a referida garantia à Coordenação de Contratos – CCONT, da Defensoria Pública Geral da União, localizada no Edifício Palácio da Agricultura, Bloco F, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Brasília – DF, CEP: 70040-908, até a data de assinatura do contrato, sob pena das sanções estabelecidas no Contrato, no Edital, e na legislação pertinente.

4.4.20. A Contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.4.20.1. Caso fortuito ou força maior;

4.4.20.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.4.20.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da CONTRATANTE;

4.4.20.4. Prática de atos ilícitos dolosos por seus servidores; e

4.4.20.5. Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no subitem 4.3.20.

4.4.21. A CONTRATADA deverá repor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE nos moldes do subitem anterior e subitem 4.4.8.1 deste Termo de Referência.

4.4.22. A CONTRATANTE poderá ainda:

4.4.22.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria;

4.4.22.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à CONTRATANTE, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato; e

4.4.22.3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

4.4.22.4. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

4.4.23. No que se refere a prestação dos serviços a CONTRATADA garantirá a mão de obra, materiais, insumos e equipamentos necessários conforme estabelecido neste Termo de Referência e nos demais Anexos do Edital durante toda a vigência contratual.

4.5. Vistoria

4.5.1. As LICITANTES interessadas em participar do Pregão Eletrônico, recomenda-se proceder a rigorosa vistoria dos locais onde serão executados os serviços, em conformidade com o inciso VI, do artigo 67, da Lei nº 14.133, de 2021, para obterem pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias para a formulação da sua proposta de preços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas,.

4.5.2. A vistoria deverá ser previamente comunicada e agendada junto à Divisão Administrativa da DPU, ocasião em que a LICITANTE deverá indicar o(s) representante(s) ou profissional(is) responsável(is) por sua realização:

Unidade	Contato	Horário Disponível
Foz do Iguaçu/PR	Telefone: (45) 99842-3770 E-mail: dpu.adm.foz@dpu.def.br	Segunda a sexta-feira, das 10h às 17h

Santa Maria/RS	Telefone: (55) 3218-9600 E-mail: dpu.adm.santamaria@dpu.def.br	Segunda a sexta-feira, das 14h às 17h
Canoas/RS	Telefone: (51) 98907-5745 E-mail: guilherme.ertal@dpu.def.br e/ou dpu.adm.canoas@dpu.def.br	Terças-feiras, das 10h às 17h

4.5.3. A vistoria será agendada e realizada de segunda à sexta-feira, exceto feriados, dentro do horário previsto para cada unidade. O agendamento deverá ser feito com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada. A vistoria será acompanhada e auxiliada por servidor designado(s) para este fim.

4.5.4. A LICITANTE deverá enviar para a realização da vistoria o(s) representante(s) ou profissional(is) indicados no momento do agendamento, devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e quando for o caso, documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.5. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

4.5.6. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a LICITANTE julgar necessário para a elaboração de sua proposta.

4.5.7. A LICITANTE deverá fornecer, em conjunto com a proposta, declaração de vistoria, conforme modelo previsto no Anexo XII do Edital – Declaração de Vistoria, assinado pelo servidor responsável da respectiva Unidade.

4.5.7.1. Na vistoria podem ser realizadas medições e avaliações, bem como devem ser observados todos os materiais, instalações, infraestrutura, divisórias, mobiliários, equipamentos e outros itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, visto que nas execuções será exigida a aplicação de materiais e insumos de mesmo modelo, marca, rendimento e padrão de qualidade já adotada pela CONTRATANTE, exceto nos casos de materiais fora de linha, que deverão ser substituídos por outro modelo de mesma qualidade ou de qualidade superior, com consumo mais eficiente, devendo a substituição ser previamente submetida à aprovação e autorização da fiscalização da CONTRATANTE.

4.5.8. A LICITANTE poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes a natureza da contratação, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE, na forma deste Termo de Referência, mediante a emissão da Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme Anexo XIII do Edital.

4.5.9. A não realização da vistoria, é facultativa e não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços e suas peculiaridades, bem como se eximir das obrigações assumidas, devendo a LICITANTE vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5.10. A LICITANTE deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Pregão Eletrônico.

4.6. Planilha de custos e formação de preços

4.6.1. A proposta deverá ser apresentada com planilha de composição de custos e formação de preços, elaborada conforme os modelos e diretrizes da Instrução Normativa SEGES nº 05, de 2017, aplicável aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;

4.6.2. A planilha deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos da contratação, incluindo, entre outros:

4.6.2.1. Remuneração da mão de obra;

4.6.2.2. Encargos sociais e trabalhistas;

4.6.2.3. Benefícios previstos em Convenção Coletiva;

4.6.2.4. Insumos e materiais;

4.6.2.5. Equipamentos e utensílios;

4.6.2.6. Uniformes e EPIs;

4.6.2.7. Custos administrativos;

4.6.2.8. Tributos;

4.6.2.9. Lucro.

4.6.3. A ausência de detalhamento ou a apresentação em desacordo com o modelo poderá ensejar diligência ou desclassificação, nos termos do edital;

4.6.4. Para os serviços sob demanda de limpeza das esquadrias e fachadas externas, a LICITANTE deverá apresentar composição de preço unitário por intervenção, compatível com os custos estimados de mão de obra, equipamentos e insumos.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1. Condições de execução

5.1.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar a mão de obra permanente nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

5.1.2. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço contratado:

5.1.2.1. Apresentar-se devidamente identificado (a) por crachá;

5.1.2.2. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CONTRATANTE;

5.1.2.3. Comunicar ao supervisor ou chefia imediata qualquer irregularidade verificada;

5.1.2.4. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;

5.1.2.5. Cumprir as normas internas da CONTRATANTE;

5.1.2.6. Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;

5.1.2.7. Zelar pela preservação do patrimônio da CONTRATANTE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

5.1.2.8. Conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;

5.1.2.9. Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;

5.1.2.10. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;

- 5.1.2.11. Buscar orientação com seu superior em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- 5.1.2.12. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- 5.1.2.13. Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- 5.1.2.14. Ocorrendo desaparecimento de material/equipamentos, comunicar o fato imediatamente ao superior, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- 5.1.2.15. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à segurança ou ao seu superior;
- 5.1.2.16. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- 5.1.2.17. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes da CONTRATANTE;
- 5.1.2.18. Tratar a todos com urbanidade;
- 5.1.2.19. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização; e
- 5.1.2.20. Não podem participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2.1. Os serviços serão prestados nas Unidades da Defensoria Pública da União, nos respectivos endereços conforme indicados no quadro abaixo:

Defensoria Pública da União em Foz do Iguaçu/PR

Endereço: Rua Tarobá, nº 834 – Centro (Zona C) – Foz do Iguaçu/PR

CEP: 85.851-220

Telefone: (45) 99842-3770

E-mail: dpu.adm.foz@dpu.def.br

Horário de funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 10h às 17h

Defensoria Pública da União em Santa Maria/RS

Endereço: Alameda Montevideó, 313, 3º andar, Bairro: Nossa Sra. das Dores, Santa Maria/RS

CEP: 97.050-510

Telefone: (55) 3218-9600

E-mail: dpu.adm.santamaria@dpu.def.br

Horário de funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 14h às 17h

Defensoria Pública da União em Canoas/RS

Endereço: Rua Domingos Martins, 121, Loja 02, Centro, Canoas/RS

CEP: 92.010-170

Telefone: (51) 98907-5745

E-mail: guilherme.erthal@dpu.def.br e/ou dpu.adm.canoas@dpu.def.br

Horário de funcionamento: Às terças-feiras, das 10h às 17h

5.2.2. Em caso de alteração de endereço, a critério da CONTRATANTE, os serviços poderão ser prestados em quaisquer novas instalações a serem ocupadas por cada unidade, desde que observadas a regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 quanto à aditivação dos contratos;

5.2.3. Os serviços serão, preferencialmente, executados de segunda a sexta-feira no horário de expediente das Unidades da DPU em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**, devendo a CONTRATADA observar o horário de expediente da CONTRATANTE para realização dos serviços;

5.2.4. A CONTRATADA deverá observar a jornada de trabalho legal das categorias profissionais que compõem o objeto da contratação, bem como normas internas de funcionamento da CONTRATANTE.

5.3. Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. Os serviços serão executados pela CONTRATADA na seguinte frequência:

5.3.1.1. ÁREAS INTERNAS

5.3.1.1.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

5.3.1.1.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio etc.;

5.3.1.1.1.2. Lavar os cinzeiros situados nas áreas reservadas para fumantes, se houver;

5.3.1.1.1.3. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó, se houver;

5.3.1.1.1.4. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;

5.3.1.1.1.5. Proceder à lavagem de bacias, assentos e piaas dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

5.3.1.1.1.6. Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;

5.3.1.1.1.7. Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

5.3.1.1.1.8. Varrer os pisos de cimento;

5.3.1.1.1.9. Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

5.3.1.1.1.10. Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

5.3.1.1.1.11. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

- 5.3.1.1.1.12. Limpar os elevadores com produtos adequados;
- 5.3.1.1.1.13. Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assentos dos refeitórios antes e após as refeições;
- 5.3.1.1.1.14. Retirar o lixo acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela CONTRATANTE, duas vezes ao dia;
- 5.3.1.1.1.15. Realizar a separação dos resíduos recicláveis para destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, nos termos da legislação vigente e em especial ao Decreto nº 10.936, de 2022 e a IN/MARE nº 06, de 1995;
- 5.3.1.1.1.16. Limpar os corrimãos;
- 5.3.1.1.1.17. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela CONTRATANTE;
- 5.3.1.1.1.18. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

5.3.1.1.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- 5.3.1.1.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- 5.3.1.1.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- 5.3.1.1.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 5.3.1.1.2.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- 5.3.1.1.2.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 5.3.1.1.2.6. Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.;
- 5.3.1.1.2.7. Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- 5.3.1.1.2.8. Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- 5.3.1.1.2.9. Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- 5.3.1.1.2.10. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral; e
- 5.3.1.1.2.11. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

5.3.1.1.3. MENSALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

- 5.3.1.1.3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 5.3.1.1.3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;
- 5.3.1.1.3.3. Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- 5.3.1.1.3.4. Limpar persianas com produtos adequados;
- 5.3.1.1.3.5. Remover manchas de paredes;
- 5.3.1.1.3.6. Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr etc.);
- 5.3.1.1.3.7. Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

5.3.1.1.4. SEMESTRALMENTE

- 5.3.1.1.4.1. Efetuar lavagem das áreas acarpetadas previstas em contrato; e
- 5.3.1.1.4.2. Aspirar o pó e limpar calhas e luminárias.

5.3.1.1.4.3. Caso a execução dos serviços previstos nos subitens 5.3.1.1.4.1 e 5.3.1.1.4.2 envolva trabalho em altura, a CONTRATADA deverá observar integralmente as disposições da Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35), aprovada pela Portaria MTE nº 313, de 2012 e alterações posteriores, garantindo treinamento específico aos trabalhadores envolvidos, fornecimento dos equipamentos de proteção individual – EPI adequados e adoção dos procedimentos de segurança aplicáveis, devendo os respectivos custos estar contemplados na proposta e planilha de formação de preços.

5.3.1.2. ESQUADRIAS EXTERNAS

5.3.1.2.1. QUINZENALMENTE

5.3.1.2.1.1. Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

5.3.1.2.2. SEMESTRALMENTE

5.3.1.2.2.1. Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

5.3.1.3. ÁREAS EXTERNAS

5.3.1.3.1. DIARIAMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

5.3.1.3.1.1. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;

5.3.1.3.1.2. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

5.3.1.3.1.3. Varrer as áreas pavimentadas;

5.3.1.3.1.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis para destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, nos termos da legislação vigente e em especial a IN/MARE nº 06, de 1995, ao Decreto nº 10.936, de 2022 e Portaria GABDPGF DPGU Nº 543, de 2022;

5.3.1.3.1.5. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária; e

5.3.1.3.1.6. Retirar o lixo acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para o local indicado pela Administração, duas vezes ao dia.

5.3.1.3.2. SEMANALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

5.3.1.3.2.1. Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras etc.);

5.3.1.3.2.2. Lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar;

5.3.1.3.2.3. Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

5.3.1.3.2.4. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

5.3.1.3.3. MENSALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO

5.3.1.3.3.1. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento; e

5.3.1.3.3.2. Proceder à retirada de resíduos, folhas secas e plantas desnecessárias de pequeno porte nas áreas externas, de forma a manter a limpeza e adequada conservação dos espaços.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades conforme descrito no item 5.4.14;

5.4.2. Os serviços e materiais especificados neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a CONTRATANTE a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações;

5.4.3. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo da CONTRATADA, devendo seu uso ser acompanhado pela CONTRATANTE;

5.4.4. Os equipamentos listados nos subitens 5.4.14.1.1.3 (Equipamentos de Foz do Iguaçu/PR); 5.4.14.2.3 (Equipamentos de Santa Maria/RS) e 5.4.14.3.3 (Equipamentos de Canoas/RS) abaixo, são estimativos e não poderão ser cotados por ocasião das propostas, pois não serão adquiridos pela CONTRATANTE, devendo ser utilizados conforme a necessidade do serviço a ser executado nas referidas Unidades da DPU. Tais equipamentos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços e, se porventura houver necessidade de substituição em razão de falhas ou defeitos, deverá repô-los, no prazo máximo de 02 (dois) dias;

5.4.5. Todo o material de consumo, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA em quantidade e qualidade e em conformidade com as metragens e instalações informadas pela CONTRATANTE, que poderá recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades e o padrão da CONTRATANTE;

5.4.6. Para execução do serviço contratado, serão necessários, “no mínimo”, materiais de limpeza, utensílios e equipamentos, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de quaisquer outros materiais, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, que não estejam relacionados neste Termo de Referência e nos Anexos do Edital;

5.4.7. A relação mínima estimada de materiais de consumo mensal deve ser entregue em sua totalidade mensalmente.

5.4.8. A partir do início da vigência do contrato, deverão ser entregues os materiais de consumo, utensílios e equipamentos, pois são essenciais ao desenvolvimento das rotinas da limpeza. Nesse sentido, deverão ser disponibilizados pela empresa para execução dos serviços e, se, porventura, houver necessidade de substituição dos utensílios ou equipamentos em razão de falhas ou defeitos, a reposição deverá ser feita no prazo máximo de 2 (dois) dias.

5.4.9. A solicitação desses materiais poderá ser feita pela Contratante por Ordem de Serviço.

5.4.10. O Gestor do contrato pode dispensar a empresa de enviar alguns dos materiais que constam na relação mínima do Termo de Referência, até que a quantidade se regularize no estoque e seja suficiente para o atendimento mensal das atividades de limpeza na Unidade.

5.4.11. O licitante deverá arcar com todas as despesas de materiais de consumo, utensílios e equipamentos de limpeza e higienização necessários à execução dos serviços.

5.4.12. O licitante deverá apresentar lista de todos os materiais de consumo, utensílios e equipamentos pertinentes à prestação de serviços, contendo preço unitário e total e o quantitativo estimados neste Termo de Referência, compondo o valor do lance para a execução dos serviços apresentados, para avaliação da exequibilidade dos valores constantes da proposta comercial.

5.4.13. Para a cotação dos materiais de consumo sugere-se que o representante da empresa proceda à minuciosa vistoria no local visando estimar os quantitativos devidos

5.4.14. Os quadros abaixo representam a relação mínima dos materiais de consumo, de utensílios e equipamentos para a execução das atividades especificadas para os serviços de limpeza e conservação das áreas definidas neste Termo de Referência:

5.4.14.1. Tabelas descritivas da Unidade de **Foz do Iguaçu/PR**:

5.4.14.1.1. Relação mínima mensal estimada de materiais de consumo:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA 30 (TRINTA) DIAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
------	-----------	--------	---------

1	Água sanitária, 1 litro	10	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	12	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	01	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	07	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	10	Unidade
6	Esponja de fibra com dupla face	10	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	10	Unidade
8	Lã de aço, pacote com 8 unidades	05	Pacote
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	05	Unidade
10	Limpador multiuso, 500 ml	20	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável	20	Unidade
12	Lustra-móveis, 200 ml	01	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	04	Par
14	Papel higiênico, rolo grande, fardo com 8 unidades de 300 metros cada, folha dupla	06	Fardo
15	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	04	Fardo
16	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	35	Caixa
17	Pedra sanitária para caixa acoplada - desodorizador para vaso sanitário	84	Unidade
18	Protetor higiênico para vasos sanitários, caixa com 40 folhas	10	Caixa
19	Sabão em barra	10	Unidade
20	Sabão em pó, caixa com 500 g	05	Unidade
21	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	10	Galão
22	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	10	Unidade

23	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	03	Fardo
24	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo
25	Saco para lixo, capacidade de 40 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo

5.4.14.1.2. Relação mínima anual estimada de utensílios:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE UTENSÍLIOS PARA 12 (DOZE) MESES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Balde plástico com capacidade para 20 litros	12	Unidade
2	Borrifador de água	10	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	04	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	10	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	42	Unidade
6	Espanador de pó	02	Unidade
7	Funil	02	Unidade
8	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	04	Unidade
9	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
10	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	02	Unidade
11	Rodo com 2 borrachas, 40 cm de largura, com cabo	10	Unidade
12	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	05	Unidade
13	Vassoura de pelo, 60 cm de largura, com cabo	12	Unidade
14	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	10	Unidade
15	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	10	Unidade

5.4.14.1.3. Relação mínima de equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
------	---------------------	--------

1	Escada de ferro com 6 degraus	01
2	Mangueira ¾, com 50 m	02
3	Placa sinalizadora de piso molhado	03

5.4.14.2. Tabelas descritivas da Unidade de **Santa Maria/RS**:

5.4.14.2.1. Relação mínima mensal estimada de materiais de consumo:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA 30 (TRINTA) DIAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Água sanitária, 1 litro	10	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	05	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	01	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	02	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	05	Unidade
6	Espanja de fibra com dupla face	08	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	04	Unidade
8	Diabo verde líquido (litro)	02	Unidade
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	01	Unidade
10	Saponáceo líquido, 300gr	03	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável	04	Unidade
12	Lustra-móveis, 200 ml	02	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	03	Par
14	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	02	Fardo
15	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	08	Caixa

16	Detergente líquido para louça 500 ml	05	Unidade
17	Sabão em pó, caixa com 500 g	01	Unidade
18	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	01	Galão
19	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	12	Unidade
20	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	01	Fardo
21	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo

5.4.14.2.2. Relação mínima anual estimada de utensílios:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE UTENSÍLIOS PARA 12 (DOZE) MESES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Desentupidor de pia	01	Unidade
2	Borrifador de água	07	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	01	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	02	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	13	Unidade
6	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	02	Unidade
7	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
8	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	01	Unidade
9	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	02	Unidade
10	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	01	Unidade
11	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	02	Unidade

5.4.14.2.3. Relação mínima de equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Escada de ferro com 6 degraus	01

2	Placa sinalizadora de piso molhado	01

5.4.14.3. Tabelas descritivas da Unidade de **Canoas/RS**:

5.4.14.3.1. Relação mínima mensal estimada de materiais de consumo:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA 30 (TRINTA) DIAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Água sanitária, 1 litro	02	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	02	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	02	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	02	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	04	Unidade
6	Esponja de fibra com dupla face	04	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	05	Unidade
8	Lã de aço, pacote com 8 unidades	01	Pacote
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	02	Unidade
10	Limpador multiuso, 500 ml	06	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável SEM CLORO	08	Unidade
12	Lustra-móveis, 200 ml	01	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	04	Par
14	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	06	Fardo
15	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	08	Caixa
16	Protetor higiênico para vasos sanitários, caixa com 40 folhas	01	Caixa
17	Sabão em pó, caixa com 500 g	02	Unidade

18	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	01	Galão
19	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	03	Unidade
20	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	01	Fardo
21	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo
22	Saco para lixo, capacidade de 40 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo
23	Detergente líquido neutro para lavar louça, 500 ml	04	Unidade
24	Refil tipo bruxa para kit mop de limpeza	04	Unidade
25	Saponaceo liquido	02	Unidade
26	Saco para lixo com capacidade para 20 litros cada, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo

5.4.14.3.2. Relação mínima anual estimada de utensílios:

RELAÇÃO MÍNIMA ESTIMADA DE UTENSÍLIOS PARA 12 (DOZE) MESES

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Balde plástico com capacidade para 20 litros	02	Unidade
2	Borrifador de água	04	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	02	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	04	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	06	Unidade
6	Espanador de pó	04	Unidade
7	Funil	02	Unidade
8	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	02	Unidade
9	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
10	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	01	Unidade

11	Rodo com 2 borrachas, 40 cm de largura, com cabo	01	Unidade
12	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	01	Unidade
13	Vassoura de pelo, 60 cm de largura, com cabo	02	Unidade
14	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	02	Unidade
15	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	02	Unidade
16	Varal para estender e secagem de panos	02	Unidade
17	Tapete piso limpeza pes	04	Unidade
18	Balde plastico pequeno 8,5 litros	03	Unidade

5.4.14.3.3. Relação Mínima de Equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Escada de ferro com 6 degraus	01
2	Mangueira ¾, com 50 m	01
3	Placa sinalizadora de piso molhado	02

5.4.15. O licitante deverá fornecer equipamentos a serem instalados nos banheiros, conforme consta descrito abaixo, os quais deverão ser retirados após o término do contrato:

DISPENSER PARA ÁLCOOL GEL
PORTA PAPEL HIGIÊNICO
PORTA PAPEL TOALHA
SABONETEIRAS PARA SABONETE LÍQUIDO

5.4.16. O licitante deverá fornecer lixeiras para coleta seletiva, a serem instaladas nas dependências da DPU, conforme consta descrito abaixo, as quais deverão ser retiradas após o término do contrato:

PARA COLETA DE PAPEIS: COR AZUL
PARA COLETA DE PLÁSTICOS: COR VERMELHA

PARA COLETA DE ORGÂNICOS: COR MARROM

5.4.17. Todos os materiais utilizados na prestação dos serviços deverão obedecer aos critérios técnicos estabelecidos pelos Órgãos competentes e as especificações contidas neste Termo de Referência.

5.4.18. Os serviços e materiais especificados neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se ao licitante a executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações.

5.4.19. A responsabilidade pela guarda e manuseio dos materiais a serem utilizados na prestação dos serviços ficará a cargo do licitante, devendo seu uso ser acompanhado pela Defensoria Pública da União.

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas - Foz do Iguaçu/PR	
1	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	1.140,00m ²
		Áreas externas	430,00m ²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	282,04m ²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Projeto Básico/Termo de Referência	80,00m ²

Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas - Santa Maria/RS	
2	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	452,62m ²
		Áreas externas	0,00m ²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	62,08m ²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Projeto Básico/Termo de Referência	59,68m ²

Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas - Canoas/RS	
3	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	415,25m²
		Áreas externas	38,78m²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	90,08m²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Projeto Básico /Termo de Referência	93,73m²

5.6. Uniformes

5.6.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

5.6.1.1. O conjunto de uniformes deverá ser composto das peças confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

DESCRIÇÃO	QUANT. POR SERVENTE
3 (três) camisetas com mangas curtas 2 (dois) suéteres Tecido: Malha fria (PV) em poliéster 67% e 33% viscose. Cor: da CONTRATADA com sua logomarca. Modelo: Tradicional, manga curta, gola careca e com logo da CONTRATADA. Fabricação Nacional.	01 kit
Calça comprida com cós alto Tecido: Calça confeccionada em fio tadel, com costura reforçada e acabamentos em overlock. Cor: da CONTRATADA com sua logomarca e cor firme. Modelo: Bolsos laterais modelo faca e um traseiro, cintura com elástico e cadarço. Sem bainha com barra overlock. Costura reforçada. Fabricação Nacional	03

Meia	
Tecido: 68% algodão, 30% poliamida e 2% elastano	
Cor: Preta	02 pares
Modelo: cano longo	
Tamanho: de acordo com o usuário	
Bota de segurança	
Confeccionada em couro com curtimento atravessado, 1,8/2,0mm linhas de espessura, fechamento em elástico, forração em tecido não transpirável, palmilha de montagem em poliéster resinado fixada/costurada junto ao cabedal (processo strobel), solado poliuretano bidensidade, bicolor com sistema de absorção de impacto, injetado diretamente ao cabedal.	02
Cor: Preta	
Tamanho: de acordo com o usuário	

5.6.1.2. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela CONTRATANTE;

5.6.2. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

5.6.2.1. 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses, sendo que a bota de segurança deve ser substituída anualmente, ou em prazo inferior, se houver necessidade para todos os itens que compõem o uniforme.

5.6.3. A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme, em até 5 (cinco) dias corridos contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da CONTRATANTE do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada a CONTRATANTE o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra no dia subsequente ao da reprovação.

5.6.3.1. A CONTRATANTE terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos para aprovação dos uniformes.

5.6.3.2. Após a aprovação, por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar os uniformes aos empregados em até 10 (dez) dias corridos. Nesse intervalo de tempo, a CONTRATADA deverá orientar os empregados para usarem traje adequado, preferencialmente, calça preta e camisa branca.

5.6.4. A CONTRATADA deverá, necessariamente, comprovar a entrega dos uniformes, mediante a apresentação de recibos nominais, devidamente assinados pelos beneficiários dos uniformes.

5.6.5. A CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

5.6.6. Os custos dos uniformes não poderão ser descontados do empregado da CONTRATADA.

5.6.7. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado.

5.6.8. A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer uniforme apropriado às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que necessário.

5.6.9. Antes do início das atividades, a contratada deverá orientar seus empregados sobre os procedimentos a serem adotados durante a prestação dos serviços, conforme:

5.6.9.1. Não utilizar acessórios como anéis, brincos, pulseiras e colares;

5.6.9.2. Nenhum EPI deve ser retirado durante a execução das tarefas;

5.6.9.3. Não levar as mãos ao rosto ou tocar os cabelos enquanto estiver calçando as luvas;

5.6.9.4. Antes da retirada das luvas, lavá-las com água e sabão; e

5.6.9.5. Imediatamente após a retirada dos EPIs, as mãos devem ser lavadas com água e sabão para evitar a contaminação com microorganismos e vírus.

5.7. Equipamentos de Proteção Individual - EPIs

5.7.1. A CONTRATADA deverá fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados;

5.7.2. A CONTRATADA deverá realizar orientação/treinamento quanto ao uso dos EPI's, bem como exigir o uso efetivo pelos empregados e deverão ser disponibilizados conforme a necessidade e o tipo de serviço a ser realizado;

5.7.3. Os EPI's devem possuir Certificado de Autorização – CA, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego;

5.7.4. A CONTRATADA deverá emitir recibo de entrega dos uniformes/EPI's, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada para o servidor responsável pela fiscalização do contrato;

5.7.5. O trabalhador não arcará com qualquer ônus relativo ao recebimento dos uniformes e EPI's.

5.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1. A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim e/ou via plataforma tecnológica ou software de gerenciamento quando indicado pela CONTRATANTE.

6.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato condizente com o previsto no §3º do artigo 44 da IN 5, de 2017.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE, poderá convocar o representante da CONTRATADA para a reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados por seus funcionários diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato e não excluirá, nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE, com previsão no artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, com fulcro no caput do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, segundo §1º do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Preposto

6.7.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

6.7.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

6.8. Rotinas de Fiscalização

6.8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE e pelos respectivos substitutos conforme previsão do artigo 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa 100, de 2022 da DPGU;

6.8.2. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, Anexos do Edital e na proposta;

6.8.3. Os Fiscais ou Gestores da CONTRATANTE, ao verificarem que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverão comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.8.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, Anexos do Edital e na proposta.

6.9. Fiscalização Técnica

6.9.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE, conforme previsto no inciso VI do artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, previsto no §1º do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021 e II do artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, com fulcro no III do artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, como previsto no IV, artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, de acordo com o inciso V, do artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, com previsão no inciso VII, artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022;

6.9.7. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo VI do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos:

6.9.7.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.9.7.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.9.8. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

6.9.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.9.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.9.11. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.9.12 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.9.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.9.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

6.9.15. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada execução, o fiscal deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicativos previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.9.16. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.9.17. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.9.18. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.9.19. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, nos termos do art. 47, §2º, IN 05, de 2017.

6.9.20. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.9.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 2022.

6.10. Fiscalização Administrativa

6.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, com previsão no II, artigo 23 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, nos termos do IV, artigo 23 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.10.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;

6.10.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.10.4.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.10.4.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

6.10.4.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.10.4.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

6.10.4.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

6.10.4.2. Entrega até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.10.4.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.10.4.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

6.10.4.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

6.10.4.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.10.4.3. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.10.4.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

6.10.4.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte CONTRATANTE;

6.10.4.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.10.4.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.10.4.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.10.4.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.10.4.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.10.4.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.10.4.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.10.4.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.10.5. A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização técnica e administrativa serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no §2º, do artigo 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.7. A fiscalização Administrativa deverá mensalmente providenciar antes do pagamento da fatura:

6.10.7.1. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

6.10.7.2. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 6.10.4.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.10.9. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no subitem 6.10.4.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.10.10. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.10.11. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no artigo 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.10.12. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.10.13. Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item;

6.10.14. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da CONTRATANTE.

6.10.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.10.16. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

6.10.17. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.10.18. A CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da CONTRATADA de corrigir.

6.10.19. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.10.20. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.10.21. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.10.22. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

6.10.23. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.10.24. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10.25. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

6.10.26. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 2022.

6.10.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.10.28. No que se refere a perícia a ser realizada pela empresa consoante exigência contida no "item 6.13" deste Termo de Referência, caberá ao fiscal de contrato observar se a empresa cumpriu com a exigência dentro do prazo estabelecido, qual seja 30 (trinta) dias.

6.11. Gestor do Contrato

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da CONTRATANTE, nos termos do inciso IV, artigo 22 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, nos termos do inciso II, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.3. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder ao reajuste do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

6.11.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, baseado no inciso III, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, disposto VIII, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o estipulado no inciso X, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE, baseado no inciso VI, artigo 21 do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12. O Termo de Contrato apenas será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive às verbas rescisórias.

6.13. Haverá necessidade de realização de perícia, no prazo de 30 (trinta) dias após assinatura do Termo de Contrato, com apresentação de laudo emitido por profissional competente e

devidamente registrado na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214, de 1978 da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

6.13.1. Caso seja positiva a caracterização da insalubridade, a CONTRATADA deverá apresentar nova planilha de custos e formação de preços acrescida do percentual constante da Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo para o grau de insalubridade constatado, para que o valor do contrato seja revisto;

6.13.2. Detectada a condição de insalubridade dos serviços a serem executados, mediante laudo técnico emitido por profissional competente, a CONTRATADA ficará obrigada ao pagamento do respectivo adicional aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, a partir da emissão do laudo técnico, ressalvada previsão diversa em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT);

6.13.3. Em caso de não cumprimento dessa obrigação, a CONTRATADA ficará sujeita a sanções previstas no contrato administrativo.

7. Critério de Medição e Pagamento

7.1. A avaliação qualitativa dos serviços prestados será realizada com a aplicação de Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme estabelecido no Anexo VI do Edital.

7.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será adotado durante toda a vigência do contrato, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir e faltas cometidas, que serão acompanhados pela fiscalização técnica e administrativa, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

7.2.1. Indicador nº 01 – Prazo de Execução dos Serviços;

7.2.2. Indicador nº 02 – Qualidade da Execução dos Serviços.

7.3. Nos termos da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 5, de 2017 e suas alterações, fica instituído o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

7.4. Os níveis de serviços serão avaliados mensalmente e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços.

7.5. A primeira avaliação será formulada no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 30º (trigésimo) dia da data de assinatura do Contrato.

7.6. A fiscalização técnica do contrato acompanhará diariamente o cumprimento das atividades previstas nos Critérios de Avaliação do Anexo VI deste Termo de Referência, sem prejuízo da metodologia definida na IN SLTI/MPOG nº 5, de 2017 e suas alterações.

7.7. Apurado o número de ocorrências do IMR nos relatórios mensais de avaliação, a CONTRATANTE providenciará a glosa na fatura do mês subsequente ao encerramento do trimestre avaliado, conforme a Tabela de Pontuações Obtidas em cada Indicador e Pagamento, constante do Anexo VI do Edital.

7.8. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA quanto à formalização mencionada no subitem anterior, até o 2º (segundo) dia útil imediatamente posterior ao da verificação.

7.9. A CONTRATADA terá 5 (cinco) dias úteis, antes do pagamento da fatura do último mês do período avaliativo, para apresentar recurso quanto às ocorrências do IMR, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.10. Caso seja verificada em um dos períodos mensais avaliativos realizados durante a vigência do contrato a existência de 10 (dez) ou mais ocorrências, poderá a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato.

7.11. Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

7.11.1. As faixas de ajustes no pagamento previstas no IMR poderão ser aplicadas independente das sanções e/ou penalidades previstas em contrato ou na Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Os prazos apresentados sobre o IMR poderão sofrer ajustes, conforme a relação entre os contratantes ocorra na execução dos contratos.

7.13. A remuneração dos serviços prestados a cada mês será realizada com base na conjugação da aferição/medição quantitativa da execução do objeto proposto e da avaliação qualitativa dos resultados destas execuções.

7.14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.15. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.15.1. Não produziu os resultados acordados;

7.15.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.15.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.16. A glosa será proporcional à irregularidade verificada na medição de resultado.

7.17. Recebimento

7.17.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, com base no artigo 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021 e artigos 22, incisos X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022.

7.17.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.17.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, com fulcro no artigo 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022.

7.17.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme prevê o artigo 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022.

7.17.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.17.6.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.17.6.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.17.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.17.8. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.17.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, com base no artigo 119 c/c artigo 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.21. Liquidação

7.21.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.3.1. O prazo de validade;

7.21.3.2. A data da emissão;

7.21.3.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.21.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.21.3.5. O valor a pagar;

7.21.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência;

7.24.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com a Instrução Normativa nº 3, de 2018.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.29. Forma de Pagamento

7.29.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.29.6. A liberação do pagamento da nota fiscal/fatura ocorrerá somente após ateste do Fiscal do Contrato, análise e constatação do pagamento de todas as verbas trabalhistas devidas aos colaboradores.

7.29.7. Quando do recebimento da nota fiscal/fatura, o Fiscal de Contrato deverá verificar se a CONTRATADA comprovou o pagamento do salário do mês anterior, dos benefícios (vale-transporte e vale-alimentação) do mês vigente. Como exemplo: para serviços prestados no mês de julho/2025, a referida nota fiscal será apresentada pela empresa no mês de agosto/2025, e deverá ser comprovado o pagamento dos salários de julho de 2025 e dos benefícios (vale-transporte e vale-alimentação) do mês de agosto/2025, mês de recebimento da Nota Fiscal.

7.29.8. O ateste da nota fiscal somente será efetuado após a comprovação de pagamento das verbas trabalhistas e a entrega completa da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, e das demais verbas cabíveis.

7.29.9. O Fiscal do Contrato deverá verificar se os salários pagos aos empregados estão condizentes com o valor estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

7.29.10. Os fiscais de contratos deverão notificar formalmente a CONTRATADA para que enviem as notas fiscais/faturas, preferencialmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

7.29.11. Em caso de falta de entrega da nota fiscal no prazo estabelecido no subitem 9.29.10, de inexecução total (tais quais abandono de posto, não comprovação do pagamento do salário do mês anterior, desaparecimento do preposto /representantes e não localização da empresa), o assunto deverá ser imediatamente levado ao conhecimento da Assessoria de Fiscalização de Contratos-AFC, para as devidas orientações quanto a possibilidade de pagamento direto e comunicação a Secretaria-Geral Executiva para tomada de decisão quanto à dispensa dos terceirizados ou outra medida, visando não prejudicar o andamento dos serviços na Unidade e a adoção de medidas acautelatórias, a fim de afastar eventual responsabilização subsidiária e preservar o interesse público.

7.29.12. O ateste e envio de pagamento da nota fiscal, sem a verificação quanto ao pagamento dos salários do mês anterior e dos benefícios do mês vigente, ensejará a instauração de processo administrativo para apurar a responsabilidade do servidor, pois a CONTRATANTE poderá sofrer prejuízos, vindo a ser chamada, em eventual reclamatória trabalhista, a responder pelas verbas não quitadas e condenada subsidiariamente pela Justiça Trabalhista, se constatada omissão na fiscalização (culpa in vigilando).

7.30. É lícita a previsão contratual de retenção pela CONTRATANTE de pagamentos devidos à CONTRATADA em valores correspondentes às obrigações trabalhistas e previdenciárias inadimplidas, incluindo salários, demais verbas trabalhistas e FGTS, relativas aos empregados dedicados à execução do contrato, de acordo com o Acórdão 3301/2015 TCU-Plenário.

7.30.1. A natureza da retenção é preventiva e acautelatória. Destina-se a evitar que a inadimplência da contratada com suas obrigações trabalhistas cause prejuízo ao erário.

7.31. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no artigo 141 da Lei n.º 14.133, de 2021, observado o disposto no artigo 64 da Instrução Normativa nº 05, de 2017 – SEGES e suas alterações, e os seguintes procedimentos:

7.31.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada das seguintes comprovações:

7.31.1.1. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.31.1.2. Certidão negativa de débitos trabalhistas;

7.31.1.3. Da apresentação da cópia do relatório mensal emitido pelo fiscal da CONTRATANTE, consubstanciado no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, devidamente assinado pelo representante da CONTRATADA;

7.31.1.4. Para o efeito do subitem anterior, a CONTRATADA deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento prévio das contribuições incidentes sobre a remuneração.

7.32. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.33. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela CONTRATANTE, não será superior a 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação dos documentos na Secretaria de Orçamento e Finanças - SEOF, situada no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, Bairro Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.040-908.

7.33.1. Para a devida efetivação do pagamento, deverá ser observado todo o subitem 9.29.

7.34. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso}$$

7.35. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos serão instruídos com as justificativas e motivos, e submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se será, ou não, caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

7.36. Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento será retido ou glosado, quando a CONTRATADA:

7.36.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.36.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

7.37. O pagamento pela CONTRATANTE das verbas destinadas ao pagamento das férias e 13º (décimo terceiro) dos trabalhadores da CONTRATADA deverá ser feito em conta vinculada, conforme previsto nos Anexos XII da Instrução Normativa nº 05, de 2017 – SEGES/MPOG e suas alterações, inciso III, §3º do artigo 121 e artigo 142 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

7.38.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996;

7.38.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB Nº 2110, de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 1991; e

7.38.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

7.39. Conta-Depósito Vinculada

7.39.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.39.2. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE depositará, mensalmente, em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação específica, os valores provisionados para o pagamento das férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias; 13º (décimo terceiro) salário; encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário; multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa, em consonância ao disposto no Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 2017 e suas alterações, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

7.39.2.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º (décimo terceiro) salários, quando devidos;

7.39.2.2. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 (um terço) de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

7.39.2.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º (décimo terceiro) salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

7.39.2.4. Ao final da vigência do Termo de Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;

7.39.2.5. O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.40. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam esta cláusula, poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositadas na mencionada Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em nome da CONTRATADA, em Instituição Financeira com a qual a CONTRATANTE firmar Termo de Cooperação Técnica.

7.41. A movimentação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

7.42. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

7.42.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.42.2. Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;

7.42.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e,

7.42.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.43. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será processada com os seguintes atos:

7.43.1. Entrega, pela CONTRATADA, da autorização para solicitação de abertura de Conta-Depósito Vinculada-bloqueada para movimentação, conforme modelo Anexo do Edital;

7.43.2. Assinatura, pela CONTRATADA, no ato da regularização da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, de termo específico que permita à CONTRATANTE ter acesso dos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização da CONTRATANTE.

7.44. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 9.42, depositados em Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

7.45. O montante correspondente ao aviso prévio de 30 (trinta) dias deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato, e acrescido em conformidade com a Lei nº 12.506, de 2011, em eventuais prorrogações.

7.46. Os valores provisionados serão discriminados conforme tabela abaixo:

ITEM	PERCENTUAIS		
13º (décimo terceiro) salário	8,33% (oito vírgula trinta e três por cento)		
Férias e 1/3 (um terço) constitucional	12,10% (doze vírgula dez por cento)		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	4,00 % (quatro por cento)		
Subtotal	24,43% (vinte e quatro vírgula quarenta e três por cento)		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39 % (sete vírgula trinta e nove por cento)	7,60% (sete vírgula sessenta por cento)	7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento)
TOTAL	31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento)	32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento)	32,25% (trinta e dois vírgula vinte e cinco por cento)

*Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991.

7.47. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

7.47.1. Para liberação dos recursos da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar à CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento;

7.47.2. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

7.47.3. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos;

7.47.4. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.48. O saldo remanescente da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.49. O saldo da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

7.50. A CONTRATANTE poderá negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.

7.50.1. Caso haja cobrança de tarifa bancária para operacionalizada da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;

7.50.2. Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta empresa interessada.

7.51. Na impossibilidade de implantar a conta vinculada bloqueada para movimentação, a CONTRATADA implantará os mecanismos relativos ao fato gerador, dependendo da disponibilidade de instituições financeiras habilitadas e da oportunidade e conveniência em tutelar os direitos da mão de obra dedicada ao contrato administrativo.

8. Critérios de Seleção Fornecedor e Regime

8.1. A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade de pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do **critério de julgamento pelo menor preço**.

8.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3. Previamente à celebração do contrato, a CONTRATANTE verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.3.1. SICAF;

8.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. A empresa interessada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação da empresa interessada será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever da empresa interessada manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se a empresa interessada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá a interessada comprovar os seguintes requisitos:

8.13.1. Habilitação jurídica:

8.13.1.1. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.13.1.2. **Empresário Individual:** no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.13.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.13.1.4. **Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou Sociedade Identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.1.5. **Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 2020;

8.13.1.6. **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.13.1.7. **Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.13.1.8. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

8.13.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.13.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

8.13.2.5. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos;

8.13.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.2.8. Caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.13.2.9. A LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;

8.13.2.10. A LICITANTE enquadrada como microempreendedora individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.3. Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da LICITANTE, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação em licitação/contratação, com base no artigo 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021, ou de sociedade simples;

8.13.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, artigo 69, caput, inciso II;

8.13.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.13.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pelas seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.13.3.3.1.1 A Licitante que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual, ou do item pertinente.

8.13.3.3.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual;

8.13.3.3.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para os primeiros 12 (doze) meses de execução contratual;

8.13.3.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.13.3.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.13.3.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.13.3.4. Declaração da LICITANTE, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante nos Anexos do Edital de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

8.13.3.4.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social;

8.13.3.4.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o interessado deverá apresentar justificativas.

8.13.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme consta na Lei nº 14.133, de 2021, artigo 65, §1º;

8.13.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela LICITANTE.

8.13.4. Qualificação Técnica

8.13.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.13.4.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.13.4.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.13.5. Qualificação Técnico-Operacional

8.13.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.13.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.13.5.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, nos termos do artigo 67, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme subitem 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017;

8.13.5.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.13.5.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN 05/2017 SEGES /MPDG;

8.13.5.2.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de o ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017;

8.13.5.2.5. Não será admitida a transferência de acervo técnico-profissional de pessoa física para pessoa jurídica com a finalidade de comprovação de atestado técnico-operacional;

8.13.5.2.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN 05, de 2017 SEGES/MPDG;

8.13.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.13.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.13.5.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.13.5.6. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.13.5.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado para a contratação dos serviços de limpeza, asseio e conservação para atender as Unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** é de **R\$ 26.596,63 (vinte e seis mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e três centavos)** mensal, perfazendo o valor total estimado para os 12 (doze) meses de **R\$ 319.159,56 (trezentos e dezenove mil cento e cinquenta e nove reais e cinquenta e seis centavos)**, e para os 60 (sessenta) meses de **R\$ 1.595.797,80 (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**, conforme quadro-resumo abaixo, extraído da Planilha de Custos e Formação de Preços, utilizando como base os valores da Convenção Coletiva vigente no Estado, bem como, levantamento no Banco de Preços e Pesquisas da Internet, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 65, de 2021.

ITEM	UNIDADE	TIPO DE SERVIÇO	QUANT. DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL	VALOR PARA 12 MESES	VALOR PARA 60 MESES
1	Foz do Iguaçu/PR		02	R\$ 6.803,48	R\$ 13.606,96	R\$ 163.283,52	R\$ 816.417,60

		Servente de Limpeza					
2	Santa Maria /RS		01	R\$ 6.383,33	R\$ 6.383,33	R\$ 76.599,96	R\$ 382.999,80
3	Canoas/RS		01	R\$ 6.606,34	R\$ 6.606,34	R\$ 79.276,08	R\$ 396.380,40
TOTAL			R\$ 19.793,15	R\$ 26.596,63	R\$ 319.159,56	R\$ 1.595.797,80	

10. Adequação Orçamentária

10.1. As despesas para atender esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Foz do Iguaçu/PR	
Ação	
PTRES	
Fonte	
Natureza da Despesa	
Plano Interno	
UGR	

Santa Maria/RS	
Ação	
PTRES	
Fonte	
Natureza da Despesa	
Plano Interno	

UGR	
-----	--

Canoas/RS	
Ação	
PTRES	
Fonte	
Natureza da Despesa	
Plano Interno	
UGR	

10.3. As despesas do (s) exercício(s) subsequente(s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

11. Glosa em Notas Fiscais / Faturas

11.1. Se passível de glosa:

11.1.1. Independentemente de cotar ou não o valor do benefício na Planilha de Custos e Formação de Preços, a CONTRATADA é obrigada a fornecer o vale-transporte aos seus empregados, conforme disposto na legislação, a não ser que o empregado opte pelo não recebimento. Não havendo a cotação do valor do transporte na referida Planilha, é obrigação da empresa contratada a sua disponibilização, sem repassar os custos à CONTRATANTE, conforme disposto no artigo 63 da Instrução Normativa nº 5, de 2017 do Ministério do Planejamento e Orçamento:

11.1.1.1. Aos empregados que optarem pelo não recebimento do vale-transporte, não cabe o desconto, pela CONTRATADA, do percentual de 6% (seis por cento) do salário base, conforme estabelecido na legislação vigente.

11.1.2. Quando identificado equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, conforme subitem 13.33 desse termo de referência;

11.1.3. Referente ao valor do transporte cotado em planilha e não disponibilizado aos empregados, deverá ser efetuada desde o início da contratação, respeitando o prazo de 5 (cinco) anos, bem como direcionado às empresas que possuem atualmente relação jurídica com a CONTRATANTE.

11.2. Competências do fiscal de contrato de mão de obra, além daquelas prevista neste Termo de Referência:

11.2.1. Exigir da CONTRATADA a comprovação do pagamento mensal do vale-transporte ou, quando for o caso, a relação dos empregados que expressamente optaram por não receber o auxílio-transporte, devendo anexar no processo de acompanhamento contratual, os "Termos de dispensa do Vale-Transporte" ou "Termo de Opção pelo não recebimento do Vale-Transporte", ou qualquer outro utilizado pela CONTRATADA para a dispensa, com vistas a resguardar a CONTRATANTE de eventuais reclamações trabalhistas sobre tal fato;

11.2.2. Notificar a CONTRATADA formalmente acerca do valor da glosa a ser efetuada na nota fiscal em relação ao valor do vale-transporte, bem como das demais glosas devidas.

12. Preenchimento da Proposta

12.1. A LICITANTE deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:

12.1.1. Valor unitário e total do item;

12.1.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação deste Termo de Referência;

12.1.1.2. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO código 5143-20.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Anexo IV do Edital.

12.3.1. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, conforme previsto no artigo 63 da Instrução Normativa nº 5, de 2017.

12.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da Contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.3. A proposta apresentada deverá contemplar o valor total dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da LICITANTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

12.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12.6. O prazo de validade mínimo da proposta apresentada é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.7. Na fase de habilitação poderá ser exigido aos LICITANTES solicitação de declaração de atendimento aos requisitos de habilitação e a responsabilidade da veracidade das informações prestadas, conforme artigo 63, I da Lei nº 14.133, de 2021.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DIOGO GUSTAVO CORREA DA CRUZ

Agente Administrativo

SERGIO DE MORAES TRINDADE

Contador

GUILHERME ANDRADE ERTAL VASCONCELLOS

Agente Administrativo

VANESSA MARCAL VAUCHER

Secretária de Planejamento, Logística e Contratos Substituta

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Estudo Técnico Preliminar 44/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08038.011386/2025-26

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem por objetivo demonstrar os elementos essenciais para viabilização técnica e econômica da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atendimento das Unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**.

2.2. Ressalta-se que os serviços de limpeza, asseio e conservação predial são essenciais para a preservação do patrimônio público, bem como para garantir o bom funcionamento das instalações físicas, sistemas e equipamentos, possibilitando que os servidores possam desempenhar suas atividades regimentais no melhor ambiente de trabalho possível e com boas condições para atendimento ao público.

2.3. Os serviços de limpeza, asseio e conservação predial são de natureza continuada, pois, pela sua essencialidade, visa atender a necessidade das unidades de forma permanente, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do atendimento ao público e o cumprimento da missão institucional da unidade.

2.4. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de serviço comum e não se enquadra como bem de luxo.

2.5. Motiva-se a realização da contratação à vista do disposto no Decreto nº 9.507, de 2018, que regulamenta a contratação de atividades acessórias à consecução da atividade pública.

2.6. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Os serviços serão executados nas unidades da Defensoria Pública da União abaixo relacionadas:

UNIDADE	ENDEREÇO
Foz do Iguaçu/PR	Endereço: Rua Tarobá, nº 834, Centro (Zona C), Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85.851-220 E-mail: dpu.adm.foz@dpu.def.br Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 10h às 17h
Santa Maria/RS	Endereço: Alameda Montevideo, 313, 3º andar, bairro Nossa Sra. das Dores/RS, Santa Maria/RS – CEP: 97.050-510 E-mail: dpu.adm.santamaria@dpu.def.br Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 14h às 17h

Canoas/RS	Endereço: R. Domingos Martins, 121, Loja 02, Centro, Canoas/RS – CEP: 92.010-170 E-mail: guilherme.erthal@dpu.def.br; dpu.adm.canoas@dpu.def.br Horário de funcionamento: Terças-feiras, das 10h às 17h
-----------	--

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Foz do Iguaçu/PR (DAD Foz)	Diogo Gustavo Correa da Cruz
Unidade de Santa Maria/RS (DAD SM)	Sergio de Moraes Trindade
Unidade de Canoas/RS (DAD Canoas)	Guilherme Andrade Erthal Vasconcellos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Considerando que os padrões de desempenho e qualidade são passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado, os serviços pretendidos classificam-se como comuns, conforme dispõe o Decreto nº 9.507, de 2018. Têm, ainda, natureza continuada, visto que objetivam atender às demandas públicas de forma permanente e contínua, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas deste órgão. Além disso, diante da necessidade de constante manutenção e limpeza dos recintos, que leva à disposição permanente dos trabalhadores, o serviço em questão será contratado com dedicação exclusiva da mão de obra.

4.2. A atividade a ser desenvolvida para o serviço de limpeza, asseio e conservação predial será executada por profissional cuja categoria é reconhecida legalmente e está relacionada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sob o nº 5143-20, estando disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável composto por diversas empresas prestadoras desse serviço, as quais são compatíveis entre si, de modo que permite a decisão de contratação com base no **menor preço por item**, de acordo com o que determina a Lei nº 14.133, de 2021 e o e o Decreto nº 10.024, de 2019.

4.3. Os serviços de limpeza a serem prestados serão contratados com base na área física a ser limpa e conservada, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observada as peculiaridades, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação, em consonância com Anexo V, item 2.6, alíneas “d” e “d.1” da IN SEGES/MPDG nº 05, de 2017, com prestação dos serviços de segunda a sexta-feira no total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

4.3.1. Ressalta-se que a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas está fundamentada no Anexo I da Instrução Normativa nº 190, de 2024, que não contempla a redução da carga horária para 40 (quarenta) horas, conforme estabelecido no Decreto nº 12.174, de 2024, para o serviço de limpeza da presente contratação.

4.4. Os profissionais da contratada responsáveis pela execução dos serviços deverão possuir, no mínimo, os seguintes requisitos básicos:

4.4.1. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

4.4.2. Quitação com as obrigações eleitorais; e

4.4.3. Quitação com as obrigações do serviço militar (para os profissionais do sexo masculino).

4.5. Os serviços serão prestados de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do funcionamento das atividades finalísticas da DPU, assim o contrato terá duração de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Vale mencionar que a administração privilegiará na presente contratação que a empresa contratada adote boas práticas que contribua ao desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021 e Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, promovendo otimização de recursos e menor impacto socioambiental.

4.7. A Portaria nº 21.262, de 2020, estabelece índices de produtividade para contratação de serviços de limpeza e contratação em conformidade com a disposição sobre o tema no Anexo VI-B da IN nº 05, de 2017. Por este motivo, fica o material excedente sujeito às condições usuais de contratação cotado pela Administração.

4.8. Antes da vigência da Lei Complementar nº 147, de 2014, o inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 estabelecia a faculdade da Administração Pública realizar procedimentos licitatórios exclusivos às ME's e EPP's nas contratações cujo valor for até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.9. Com a nova redação dada ao artigo 48, I da LC nº 123, de 2006, e a revogação do § 1º do artigo retro citado, o que era uma faculdade da Administração passou a se tornar uma imposição da Lei. Agora, com a LC nº 147, de 2014, a Administração tem o dever de realizar procedimentos licitatórios destinados exclusivamente à contratação de ME's e EPP's nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.10. Coleta Seletiva

4.10.1. A empresa contratada deverá:

4.10.1.1. Disponibilizar à unidade da DPU, informes explicativos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e lixeiras devidamente identificadas para coleta seletiva, conforme especificações constantes do subitem 5.10.16 do Termo de Referência, em atendimento a Portaria GABDPGF DPGU Nº 543, de 2022, ao Decreto nº 10.936, de 2022 e a IN/MARE nº 06, de 1995.

4.10.1.2. Realizar a coleta e separação prévia dos resíduos recicláveis e reutilizáveis descartados, conforme a sua constituição ou composição, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, habilitadas pela DPU, nos termos da Portaria GABDPGF DPGU Nº 543, de 2022, do Decreto nº 10.936, de 2022 e da IN/MARE nº 06, de 1995.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em relação ao levantamento de mercado, com base nos requisitos definidos, buscou-se identificar as soluções existentes no mercado, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Sob a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções que atendam aos requisitos específicos, foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

5.2. Cabe destacar que para os serviços que compõem o objeto desta contratação, há larga escala de contratação pela Administração Pública em todas as esferas. No caso da contratação pretendida, consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que os mesmos não possui exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que desenvolverão as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita neste ETP é a forma usual e já sedimentada nos órgãos e entidades. Realizando uma pesquisa no mercado local, identificamos diversas empresas que atendem aos requisitos estabelecidos para a contratação. O levantamento foi realizado por meio da análise de contratações similares, inclusive de outros órgãos e entidades, mediante consulta a outros documentos licitatórios.

5.3. Entre os modelos de contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, atualmente disponíveis no mercado, o que melhor atende aos interesses da Administração é a contratação de serviço com fornecimento de mão de obra e de materiais inerentes a execução dos serviços incluso, modelo já difundido no mercado e utilizado por vários Entes Públicos.

5.4. Decidiu-se que os serviços de limpeza e o fornecimento de material de limpeza deverão ser licitados conjuntamente, uma vez que a velocidade da resposta para reposição de material é mais rápida de ser diretamente administrada pela empresa prestadora de serviços, não prescindindo obviamente do controle da contratante.

5.5. Outro fator que motiva manter com a contratada a administração e o fornecimento de materiais é o escasso espaço para estoque que não comporta uma grande quantidade de produtos como papel higiênico e toalhas de papel, que ocupam grande volume.

5.6. Tais empresas têm a seu favor, ainda, conseguir custos menores para adquirir tais materiais, pois compram em grandes quantidades. Mesmo que, somente por hipótese, a Administração pudesse realizar a compra do material por preço mais reduzido que o da contratada, deveriam ser considerados outros custos envolvidos, tais como: os salários e encargos dos servidores públicos que se ocupariam dessa atividade; da licitação; das publicações; de oportunidade, ou seja, realizando outras atividades mais prioritárias; de armazenagem, de transporte; de eventuais perdas; etc.

5.7. O controle e os tipos de materiais necessários e seus quantitativos podem ser dimensionados facilmente pelas prestadoras de serviços de limpeza, ao passo que a Administração não possui rol ou especificações exaustivas para tais aquisições, e correria o risco tanto de deixar faltar como de fazer aquisições em excesso, caso optasse por efetuar as compras de material e contratar somente a prestação dos serviços.

5.8. Ademais, apesar de as licitações serem planejadas, para que não haja falta de materiais, ou seja que se tenha controle do estoque, mesmo assim poderiam ocorrer atrasos na entrega, bem como rejeição dos materiais por não atendimento às especificações do edital, o que provavelmente ocasionaria falta de materiais.

5.9. Versando sobre o gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais de limpeza e de higiene por uma única pessoa, no caso a contratada, propicia melhor integração das atividades, com menor probabilidade de falta de materiais.

5.10. Por fim, a grande maioria das empresas que prestam serviços de limpeza fornece também os materiais necessários. Assim, não há diminuição da competitividade nem ofensa ao princípio da economicidade.

5.11. Com base nos requisitos definidos para a presente contratação, não foram encontradas outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme evidenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de limpeza, asseio e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra exclusiva. Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado.

6.2. O objeto do presente processo consiste na contratação de empresa especializada no serviço de limpeza e conservação, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra com o fornecimento de materiais e equipamentos.

6.3. A prestação dos serviços de conservação e limpeza compreenderá a categoria profissional de Auxiliar de Serviços Gerais será executados nas dependências da DPU. O quantitativo de postos do serviço de limpeza está relacionado no item 1.1.1 do Termo de Referência, obtido através das áreas de cada uma das localidades, e da produtividade estabelecida pela Administração.

6.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos locais estabelecidos no Termo de Referência.

6.5. Os índices de produtividade de limpeza foram estabelecidos considerando o espaço físico, o fluxo diário de pessoas, o horário de funcionamento, a frequência de cada tipo de serviço e as experiências resultantes de contratos anteriores, visando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública, contemplados no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Estima-se o quantitativo de postos por unidade, conforme as informações a seguir:

Item	Unidade	Descrição	Quant. de postos	CBO
1	Foz do Iguaçu/PR	Limpeza e Conservação	02	5143-20
2	Santa Maria/RS		01	5143-20
3	Canoas/RS		01	5143-20

7.2. Deverá ser adotada a jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, respeitando o horário de funcionamento da Unidade.

7.2.1. Ressalta-se que a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas está fundamentada no Anexo I da Instrução Normativa nº 190, de 2024, que não contempla a redução da carga horária para 40 (quarenta) horas, conforme estabelecido no Decreto nº 12.174, de 2024, para o cargo (ou serviço) objeto da presente contratação.

7.3. A empresa licitante deverá comprovar em proposta comercial variações na produtividade aplicada que confrontem com reduções de mão de obra alocada no contrato administrativo e comprovar a exequibilidade da execução dos serviços.

7.4. As unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** apresentam as seguintes características:

DPU – Foz do Iguaçu/PR			
Endereço: Rua Tarobá, nº 834, Centro (Zona C), Foz do Iguaçu/PR – CEP: 85.851-220			
Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas	
1	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	1.140,00 m²
		Áreas externas	430,00 m²
		<u>Esquadrias externas:</u>	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	282,04 m²
		Face externa (fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	80,00 m²

DPU – Santa Maria/RS			
Endereço: Alameda Montevideo, 313, 3º andar, bairro Nossa Sra. das Dores/RS, Santa Maria/RS – CEP: 97.050-510			
Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas	
1	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	452,62 m²
		Áreas externas	0,00 m²
		<u>Esquadrias externas:</u>	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	62,08 m²
		Face externa (fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	59,68 m²

DPU – Canoas/RS			
Endereço: R. Domingos Martins, 121, Loja 02, Centro, Canoas/RS – CEP: 92.010-170			
Item	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas	

1	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	415,25 m²
		Áreas externas	38,78 m²
		<u>Esquadrias externas:</u>	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	90,08 m²
		Face externa (fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	93,73 m²

7.4.1.1. A estrutura física da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** são composta das seguinte instalações sanitárias:

DPU – Foz do Iguaçu/PR		
Quantidade de Banheiros		21
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um número elevado e rotativo de pessoas)
05	14	02

DPU – Santa Maria/RS		
Quantidade de Banheiros		13
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um nº elevado de pessoas)
08	04	01

DPU – Canoas/RS		
Quantidade de Banheiros		04
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um nº elevado de pessoas)
01	02	01

oi

DPU – Foz do Iguaçu/PR	
Quantidade de defensores	05
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	27
Quantidade de copas	01
DPU – Santa Maria/RS	
Quantidade de defensores	04
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	23
Quantidade de copas	01
DPU – Canoas/RS	
Quantidade de defensores	02
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	10
Quantidade de copas	01

7.5. O licitante deverá fornecer equipamentos a serem instalados nos banheiros, conforme consta descrito abaixo, os quais deverão ser retirados após o término do contrato:

DISPENSER PARA ÁLCOOL GEL
PORTA PAPEL HIGIÊNICO
PORTA PAPEL TOALHA
SABONETEIRAS PARA SABONETE LÍQUIDO

7.6. O licitante deverá fornecer lixeiras para coleta seletiva, a serem instaladas nas dependências da DPU, conforme consta descrito abaixo, as quais deverão ser retiradas após o término do contrato:

PARA COLETA DE PAPEIS: COR AZUL
PARA COLETA DE PLÁSTICOS: COR VERMELHA
PARA COLETA DE ORGÂNICOS: COR MARROM

7.6.1. Tabelas descritivas das Unidade da Defensoria Pública da União em Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS:

• **Foz do Iguaçu/PR**

7.6.1.1. Relação mínima estimada de materiais de consumo para 30 (trinta) dias/mensal:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Água sanitária, 1 litro	10	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	12	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	01	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	07	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	10	Unidade
6	Esponja de fibra com dupla face	10	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	10	Unidade
8	Lã de aço, pacote com 8 unidades	05	Pacote
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	05	Unidade
10	Limpador multiuso, 500 ml	20	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável	20	Unidade
12	Lustra-móveis, 200 ml	01	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	04	Par
14	Papel higiênico, rolo grande, fardo com 8 unidades de 300 metros cada, folha dupla	06	Fardo
15	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	0	Fardo
16	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	35	Caixa
17	Pedra sanitária para caixa acoplada - desodorizador para vaso sanitário	84	Unidade

18	Protetor higiênico para vasos sanitários, caixa com 40 folhas	10	Caixa
19	Sabão em barra	10	Unidade
20	Sabão em pó, caixa com 500 g	05	Unidade
21	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	10	Galão
22	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	10	Unidade
23	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	03	Fardo
24	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo
25	Saco para lixo, capacidade de 40 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo

7.6.1.2. Relação mínima estimada de utensílios para 12 (doze) meses/anual:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Balde plástico com capacidade para 20 litros	12	Unidade
2	Borrifador de água	10	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	04	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	10	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	42	Unidade
6	Espanador de pó	02	Unidade
7	Funil	02	Unidade
8	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	04	Unidade
9	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
10	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	02	Unidade
11	Rodo com 2 borrachas, 40 cm de largura, com cabo	10	Unidade
12	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	05	Unidade

13	Vassoura de pelo, 60 cm de largura, com cabo	12	Unidade
14	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	10	Unidade
15	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	10	Unidade

7.6.1.3. Relação mínima de equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Escada de ferro com 6 degraus	01
2	Mangueira ¾, com 50 m	02
3	Placa sinalizadora de piso molhado	03

• Santa Maria/RS

7.6.1.4. Relação mínima estimada de materiais de consumo para 30 (trinta) dias/mensal:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Água sanitária, 1 litro	10	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	05	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	01	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	02	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	05	Unidade
6	Espanja de fibra com dupla face	08	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	04	Unidade
8	Diabo verde líquido (litro)	02	Unidade
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	01	Unidade
10	Saponáceo líquido, 300gr	03	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável	04	Unidade

12	Lustra-móveis, 200 ml	02	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	03	Par
14	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	02	Fardo
15	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	08	Caixa
16	Detergente líquido para louça 500 ml	05	Unidade
17	Sabão em pó, caixa com 500 g	01	Unidade
18	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	01	Galão
19	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	12	Unidade
20	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	01	Fardo
21	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo

7.6.1.5. Relação mínima estimada de utensílios para 12 (doze) meses/anual:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Desentupidor de pia	01	Unidade
2	Borrifador de água	07	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	01	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	02	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	13	Unidade
6	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	02	Unidade
7	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
8	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	01	Unidade
9	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	02	Unidade
10	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	01	Unidade

11	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	02	Unidade
----	------------------------------------	----	---------

7.6.1.6. Relação mínima de equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Escada de ferro com 6 degraus	01
2	Placa sinalizadora de piso molhado	01

• Canoas/RS

7.6.1.7. Relação mínima estimada de materiais de consumo para 30 (trinta) dias/mensal:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Água sanitária, 1 litro	02	Litro
2	Álcool líquido 46° ou 56°	02	Litro
3	Álcool em gel, galão de 5 litros	02	Galão
4	Desinfetante concentrado, galão de 5 litros	02	Galões
5	Desodorizador de ar, unidade com 360 ml	04	Unidade
6	Esponja de fibra com dupla face	04	Unidade
7	Flanela branca, medindo 50 x 50 cm	05	Unidade
8	Lã de aço, pacote com 8 unidades	01	Pacote
9	Limpa-vidros líquido, 500 ml	02	Unidade
10	Limpador multiuso, 500 ml	06	Unidade
11	Limpador sanitário, 500 ml, com bico direcionável SEM CLORO	08	Unidade
12	Lustra-móveis, 200 ml	01	Unidade
13	Luvas de látex natural de 1ª qualidade (P, M ou G)	04	Par
14	Papel higiênico, fardo com 16 pacotes contendo 4 unidades de 30 m, folha dupla	06	Fardo

15	Papel-toalha branco, 2 dobras, caixa com 2.000 folhas, (aproximadamente 20 x 21 cm)	08	Caixa
16	Protetor higiênico para vasos sanitários, caixa com 40 folhas	01	Caixa
17	Sabão em pó, caixa com 500 g	02	Unidade
18	Sabonete líquido concentrado, pH neutro, galão com 5 litros	01	Galão
19	Saco alvejado especial, 40 x 70 cm, para limpeza de piso, cor branca	03	Unidade
20	Saco para lixo, capacidade de 100 litros, fardo com 100 unidades	01	Fardo
21	Saco para lixo, capacidade de 60 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	03	Fardo
22	Saco para lixo, capacidade de 40 litros, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo
23	Detergente líquido neutro para lavar louça, 500 ml	04	Unidade
24	Refil tipo bruxa para kit mop de limpeza	04	Unidade
25	Saponaceo liquido	02	Unidade
26	Saco para lixo com capacidade para 20 litros cada, fardo com 100 unidades, cor preta	02	Fardo

7.6.1.8. Relação mínima anual estimada de utensílios para 12 (doze) meses/anual:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE
1	Balde plástico com capacidade para 20 litros	02	Unidade
2	Borrifador de água	04	Unidade
3	Desentupidor de vaso sanitário	02	Unidade
4	Escova de mão, com cerdas de nylon	04	Unidade
5	Escova sanitária com cerdas de nylon e cabo, para higienização de vaso sanitário	06	Unidade
6	Espanador de pó	04	Unidade
7	Funil	02	Unidade
8	Kit mop de limpeza (mop e balde com sistema de torção)	02	Unidade

9	Pá de lixo com cabo longo	02	Unidade
10	Rodo limpa-vidros com cabo de 50cm	01	Unidade
11	Rodo com 2 borrachas, 40 cm de largura, com cabo	01	Unidade
12	Rodo com 2 borrachas, 60 cm de largura, com cabo	01	Unidade
13	Vassoura de pelo, 60 cm de largura, com cabo	02	Unidade
14	Vassoura de pelo, 40 cm de largura, com cabo	02	Unidade
15	Vassoura de nylon, 40 cm, com cabo	02	Unidade
16	Varal para estender e secagem de panos	02	Unidade
17	Tapete piso limpeza pesada	04	Unidade
18	Balde plastico pequeno 8,5 litros	03	Unidade

7.6.1.9. Relação mínima de equipamentos:

ITEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANT.
1	Escada de ferro com 6 degraus	01
2	Mangueira ¾, com 50 m	01
3	Placa sinalizadora de piso molhado	02

7.7. A relação mínima estimada de materiais de consumo mensal deve ser entregue em sua totalidade mensalmente.

7.7.1. A partir do início da vigência do contrato, deverão ser entregues os materiais de consumo, utensílios e equipamentos, pois são essenciais ao desenvolvimento das rotinas da limpeza. Nesse sentido, deverão ser disponibilizados pela empresa para execução dos serviços e, se, porventura, houver necessidade de substituição dos utensílios ou equipamentos em razão de falhas ou defeitos, a reposição deverá ser feita no prazo máximo de 02 (dois) dias.

7.7.2. A solicitação desses materiais poderá ser feita pela Contratante por Ordem de Serviço.

7.7.3. O Gestor do contrato pode dispensar a empresa de enviar alguns dos materiais que constam na relação mínima do Termo de Referência, até que a quantidade se regularize no estoque e seja suficiente para o atendimento mensal das atividades de limpeza na unidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.595.797,80

8.1. O valor estimado da contratação para o serviços de limpeza, asseio e conservação para atender as Unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** será de:

8.1.1. O valor estimado mensal para a unidade de **Foz do Iguaçu/PR** é de R\$ 13.606,96 (treze mil seiscentos e seis reais e noventa e seis centavos), o valor total para 12 meses é de R\$ 163.283,52 (cento e sessenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 816.417,60 (oitocentos e dezesseis mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos);

8.1.2. O valor estimado mensal para a unidade de **Santa Maria/RS** é de R\$ 6.383,33 (seis mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), o valor estimado para 12 meses é de R\$ 76.599,96 (setenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 382.999,80 (trezentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos);

8.1.3. O valor estimado mensal para a unidade de **Canoas/RS** é de R\$ 6.606,34 (seis mil seiscentos e seis reais e trinta e quatro centavos), o valor estimado para 12 meses é de R\$ 79.276,08 (setenta e nove mil duzentos e setenta e seis reais e oito centavos) e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 396.380,40 (trezentos e noventa e seis mil trezentos e oitenta reais e quarenta centavos).

8.2. Os dados foram extraídos do Mapa de Preços (SEI nº 8880296), utilizando como base os valores da Convenção Coletiva, bem como, levantamento no Banco de Preços e Pesquisas da Internet, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 65, de 2021.

SERVENTE DE LIMPEZA						
ITEM	UNIDADE	QUANT. DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO	VALOR MENSAL	VALOR PARA 12 MESES	VALOR PARA 60 MESES
1	FOZ DO IGUAÇU/PR	02	R\$ 6.803,48	R\$ 13.606,96	R\$ 163.283,52	R\$ 816.417,60
2	SANTA MARIA/RS	01	R\$ 6.383,33	R\$ 6.383,33	R\$ 76.599,96	R\$ 382.999,80
3	CANOAS/RS	01	R\$ 6.606,34	R\$ 6.606,34	R\$ 79.276,08	R\$ 396.380,40
VALOR TOTAL			R\$ 19.793,15	R\$ 26.596,63	R\$ 319.159,56	R\$ 1.595.797,80

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento, sempre que possível, deve ser adotado para as compras e serviços objeto de procedimento licitatório, devendo ser observado o disposto no art. 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece o parcelamento como regra quando for técnica e economicamente viável e vantajoso.

9.2. O Tribunal de Contas da União possui entendimento que a adjudicação por item é obrigatória desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, em vista de propiciar a ampla participação de licitantes no certame, é a redação da Súmula 247, do Tribunal de Contas da União.

9.3. Diante do exposto, a contratação em tela será licitada em item único, pois os serviços objeto da prestação não serão executados por empresas com ramos de atividades distintos e sindicatos diversos, considera-se também a escassez de servidores no órgão para gerir os múltiplos contratos oriundos do parcelamento do objeto. Assim analisando o conjunto a ser contratado e a economia de escala a opção mais adequada para contratação é licitar por item único. Ressalta-se que tal medida não frustrará o caráter legal de ampla competitividade, característico das licitações públicas.

9.4. Destaca-se que os serviços objeto da prestação não apresentam distinções de ramos de atividade, garantindo a homogeneidade na execução. Essa estruturação evita fragmentações excessivas, promovendo equilíbrio entre eficiência administrativa e viabilidade operacional, especialmente diante da escassez de servidores no órgão para gerenciar múltiplos contratos. Além disso, essa abordagem mantém o princípio da economia de escala, preservando a vantagem econômica para a Administração Pública.

9.5. Por fim, reforça-se que a medida adotada atende aos princípios da ampla competitividade e isonomia, características essenciais das licitações públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a complementação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 03, de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros. Com relação as contratações interdependentes, são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

10.2. Portanto, não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes, que complementem a implementação da solução pretendida, uma vez que a referida contratação é capaz de satisfazer a demanda de forma viável.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação não consta do Plano Anual de Contratações, contudo foi previamente solicitada pela autoridade competente da Defensoria Pública da União (DPU), conforme Despachos (SEI nº 8644036, 8644040 e 8644042), tendo em vista a necessidade de planejar de forma eficaz a contratação do serviço de limpeza, asseio e conservação para atendimento das unidades da DPU em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**.

12. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

12.1. Por se tratar de prestação de serviço de pessoal, a eficiência na execução dar-se-á pela alocação de profissionais devidamente qualificados e instrumentados para a execução da função de limpeza e conservação, mantendo as dependências da DPU em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**, imprescindíveis e essenciais para a execução de suas atividades, a fim de garantir aos servidores, colaboradores e visitantes um ambiente limpo e asseado indispensáveis ao bom ambiente de trabalho, a motivação e à saúde, evitando transtornos à administração e assegurando a continuidade no desenvolvimento de suas funções.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Visando a economicidade no processo de contratação, pela modalidade proposta - Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, o qual objetiva-se racionalizar o processo de compra e reduzir os custos inerentes à Administração.

13.2. A Administração busca com a contratação em apreço otimizar o seu trabalho e executar as atividades a ela afim, bem como responder eficaz e eficientemente às demandas e às necessidades do cidadão, tendo como resultados vislumbrados da seguinte forma:

13.2.1. Qualidade nos serviços e materiais fornecidos pela empresa contratada por meio das exigências contratuais bem claras e definidas para a execução do objeto e pela constante ação de fiscalização da Contratante e outras exigências legais.

13.2.2. Acompanhando o crescimento da demanda da sociedade e visando a melhoria do desempenho institucional, a DPU tem alocado seus servidores em atividades que lhes sejam exclusivas, carecendo de mão de obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas administrativas acessórias e auxiliares ao alcance dos objetivos organizacionais.

13.2.3. Aumento da eficiência e produtividade institucional, possibilitado pela dedicação exclusiva dos servidores às suas funções, em consonância com os objetivos organizacionais.

13.2.4. Cumprimento de regulamentos e normas de saúde, garantindo ambientes limpos, seguros e ideais para o desenvolvimento das atividades dos trabalhadores e bem estar dos visitantes.

13.2.5. Preservação e conservação das instalações, assim como o prolongamento da vida útil dos equipamentos e bens patrimoniais;

13.2.6. Imagem positiva da instituição, com instalações limpas e bem cuidadas.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. A DPU já possui contratos de limpeza para todas as suas unidades, não se vislumbrando assim necessidades específicas de adequação dos ambientes.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental dessa contratação estão previstos no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa nº 01, de 2010 em seu art. 1º.

15.2. Tem ainda fundamento no Art. 225, caput, Art. 170, inc. VI da Constituição Federal, de 1988. Dessa forma, coaduna-se com os procedimentos de contratação sustentável na Administração Pública e o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, seguindo as alterações procedidas pela IN nº 6, de 2013 SLTI/MPOG. Além desses normativos, deve-se observar a Portaria nº 3.523, de 1998, do Ministério da Saúde, as Resoluções nº 176, de 2000 e nº 9, de 2003, da ANVISA, e a Instrução Normativa nº 1, de 2010, Art. 6º e incisos, racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas; substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

15.3. Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), vinculada ao Ministério da Saúde e demais normas vigentes.

15.4. Observar o disposto na Resolução CONAMA nº 20, de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no seu funcionamento; Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos 03 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

- 15.5. Realizar a separação de resíduos/materiais recicláveis descartáveis, com a cooperação dos empregados da DPU, destinando-os às associações e/ou cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da legislação vigente.
- 15.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; Observar ainda, quando da execução dos serviços, outras práticas de sustentabilidade previstas na legislação em vigor que não estão expressas em contrato.
- 15.7. Os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação nos moldes propostos, é a manutenção de asseio e conservação de suas áreas, com a maior possibilidade de economicidade, eficácia, eficiência e aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros possíveis, incluindo respeito a impactos ambientais.

16. Análise de Risco

- 16.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.
- 16.2. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos, conforme tabelas abaixo:

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Processo Administrativo nº	08038.011386/2025-26
Objeto:	Serviço de limpeza, asseio e conservação
Probabilidade (P): (1) Baixa; (2) Média; (3) Alta; (4) Muito Alta	
Impacto (I): (1) Baixo; (2) Médio; (3) Alto; (4) Muito Alto	
Ação Preventiva/Responsável: Ação (ões) preventiva(s) que pode(m) ser realizada(s) para minimizar a probabilidade de o risco acontecer ou para minimizar o impacto de seu acontecimento/responsável.	
<p>O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.</p> <p>O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a contratação.</p> <p>Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.</p>	

FASE	ID	TIPO DE OCORRÊNCIA	RISCO	DESCRIÇÃO	P	I	AÇÃO PREVENTIVA /RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA /RESPONSÁVEL
------	----	--------------------	-------	-----------	---	---	------------------------------	----------------------------------

Planejamento da Contratação	1	Demanda	1) Demanda equivocada	1) Falta de planejamento do requisitante; 2) Erro na solicitação da demanda.	2	4	<p>Ação: 1) Elaboração de formulários detalhados para o requisitante preencher; 2) Participação do requisitante na Equipe de planejamento.</p> <p>Responsável: Equipe de Planejamento</p>	<p>Ação: 1) Devolver a demanda para esclarecimentos.</p> <p>Responsável: SPLC</p>
	2	Recebimento da demanda	1) Não verificar a real necessidade do serviço; 2) Equívoco por parte do requisitante.	1) Recursos humanos insuficientes (excesso de trabalho); 2) Falta de capacitação dos servidores.	2	3	<p>Ação: 1) Capacitação dos servidores; 2) Remanejamento do quadro de pessoal do órgão.</p> <p>Responsável: SGE</p>	<p>Ação: 1) Devolver a demanda para esclarecimentos da real necessidade do serviço.</p> <p>Responsável: SPLC</p>
	3	Estudos preliminares incorretos	1) Instrução processual inadequada; 2) Falha no atendimento das necessidades da Unidade demandante do serviço.	1) Nomeação de pessoas sem qualificação técnica ou experiência para equipe de planejamento da licitação.	2	3	<p>Ação:</p> <p>1) Capacitação dos servidores; 2) Remanejamento do quadro de pessoal do órgão.</p> <p>Responsável: SGE</p>	<p>Ação:</p> <p>1) Adequar o Estudo Técnico Preliminar.</p> <p>Responsável: Equipe de Planejamento</p>
	4	Verificação e análise da	1) Estimativa inadequada de preços	1) Desconhecer os meios para efetuar a pesquisa; 2) Especificações incorretas do serviço.	2	3	<p>Ação: 1) Revisão da descrição do objeto por outro servidor com conhecimento técnico, além do requisitante.</p> <p>Responsável: SPLC</p>	<p>Ação: 1) Atualização das propostas, conforme especificação do item, de acordo com critérios pré-estabelecido em Portarias e Instrução Normativa, posteriormente republicação do Edital.</p> <p>Responsável: CPEP</p>
	5		1) Elaboração do Termo	1) Falta de capacitação dos servidores; 2) Sobrecarga de	3	4	<p>Ação: 1) Capacitação dos servidores; 2) Remanejamento do quadro de pessoal do órgão; 3) Devolver para o demandante conferir e ratificar.</p>	<p>Ação: 1) Adequar o Termo de Referência seguindo o modelo sugerido pela AGU, no que couber.</p>

		demanda	de Referência inadequado.	trabalho; 3) Desconhecimento técnico do requisitante.			Responsável: SGE	Responsável: SPLC
	6		1) Aquisição de serviços superior ou inferior à necessidade.	1) Falta de planejamento ou levantamento inadequado das necessidades; 2) Equívoco por parte do requisitante.	2	4	Ação: 1) Deverá ser composta por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação trabalhista e dos procedimentos da contratação; 2) Revisão dos processos no fluxo da compra. Responsável: SPLC, SGE	Ação: 1) Adequar o Termo de Referência seguindo o modelo sugerido pela AGU, no que couber. Responsável: SPLC
Análise Jurídica	7	Consultoria Jurídica	1) Atraso na emissão do parecer.	1) Grande número de processos a serem analisados.	1	3	Ação: 1) Deve o setor responsável pela gestão de contratos, acompanhar os prazos de cada contrato administrativo, iniciando com antecedência mínima de 6 (seis) meses os tramites para renovação contratual, ou se for o caso, Novo Procedimento Licitatório (NPL). Responsável: SPLC	Ação: 1) Encaminhar o processo em prazo razoável para análise. Responsável: SPLC
	8		1) Pregão deserto	1) Localidade; 2) Desvantagem econômica na execução do serviço.	1	2	Ação: 1) Iniciar a licitação com antecedência para ter tempo hábil de refazer o processo. Responsável: CCONT, DAD NR DPU PA e SPLC	Ação: 1) Sendo o caso, refazer as pesquisas de mercado, atualizar os instrumentos e especificação/descrição dos serviços, de acordo com o mercado nacional; Posterior republicação do edital. Responsável: SPLC e CLIC
	9		1) Inexequibilidade do preço proposto	1) Assinatura da Ata e de contratos com valores impraticáveis, impossibilitando a prestação do serviço; 2) Falta de experiência do pregoeiro; 3) Falta de atenção do pregoeiro e equipe de apoio.	1	4	Ação: 1) Diligência para comprovação da exequibilidade do valor proposto; 2) Treinamento de pregoeiro e equipe de apoio. Responsável: CLIC	Ação: 1) Apuração da qualidade e do tempo de atendimento do serviço. Responsável: SPLC e CLIC

Fase Externa	10	Licitação/Pregão	1) Solicitações de impugnação junto ao TCU	1) Implicaria demandas do Juízo para prestar informações. Se plausibilidade do direito ou risco de dano irreparável forem presentes poderá haver a suspensão do certame ou da contratação; 2) Edital mal elaborado; 3) Falta de atenção às normas e legislação vigentes ao elaborar o Edital.	1 3	Ação: 1) Observação máxima das formalidades legais aplicadas à licitação. Responsável: SPLC e CLIC	Ação: 1) Ajustes do Termo de Referência de acordo com as orientações do TCU. Responsável: SPLC
	11		1) Baixo interesse do mercado fornecedor.	1) Pouca aderência do mercado local a prestação do serviço.	2 3	Ação: 1) Ampla divulgação da licitação. Responsável: SPLC e CLIC	Não há.
	12		1)Fracasso da licitação.	1) Empresa (contrato atual) tenta embargar as licitações para prorrogarem seus contratos.	1 2	Ação: 1) Consulta pública com as partes interessadas (empresas do segmento) para análise detalhada de mercado. Responsável: Equipe de Planejamento	Ação: 1) Realização de nova licitação adequando a práticas do mercado. Responsável: Equipe de Planejamento
	13		1) Fraude.	1) Má fé da empresa; 2) Formação de cartel.	1 4	Ação: 1) Treinamento de pregoeiro e equipe de apoio. Responsável: CLIC	Não há.
	14		1) Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato.	1) Falta de análise criteriosa da qualificação econômico-financeira da Empresa; 2) Falta de avaliação da capacidade técnica da Empresa.	1 4	Ação: 1) Análise da qualificação econômico- financeira deve ser feita por servidor que possua conhecimento técnico de balanço patrimonial; 2)Exigir atestado de capacidade técnica de dois ou mais órgãos. Responsável: SPLC e CLIC	Ação: 1) Penalização da empresa. Responsável: CPIS

Objeto do Contrato	15	Contrato	1) Formalização incorreta do Termo Contratual.	1) Minuta do Contrato mal elaborada no Edital; 2) Erros de digitação.	1	4	Ação: 1) Criar nível de revisão dos procedimentos. Responsável: SPLC, CFIS e CCONT	Ação: 1) Análise minuciosa quando da elaboração do Edital e seus artefatos. Responsável: SPLC
	16		1) Falta de publicação do Diário Oficial.	1) Falta de fluxos bem definidos no Setor responsável.	1	1	Ação: 1) Criação e utilização de <i>check-list</i> dos processos de contratação. Responsável: CCONT/SPLC	Ação: 1) Análise minuciosa quando da elaboração do Termo de Referência e os demais artefatos. Responsável: SPLC
	17		1) Quantidade estimada nos Estudos Preliminares excessivas.	1) Desperdício orçamentário.	1	3	Ação: 1) Prever o máximo de situações possíveis para atendimento das demandas da DPU. Responsável: Equipe de planejamento	Ação: 1) Avaliar o processo na fase "Gestão do Contrato" e tomar as medidas necessárias para o atendimento da demanda institucional. Responsável: Gestão e fiscalização de contrato
	18		1) Impunidade da Empresa que comete fraude ou descumprimento contratual	1) Falta de acompanhamento do Fiscal e Gestor do Contrato para cada falta cometida; 2) Consequente falta de abertura de processo de penalização; 3) Processo de penalização concluído, sem a devida aplicação de Penalidades e Sanções Administrativas.	1	4	Ação: 1) Capacitar a equipe de fiscalização do Contrato para poder reconhecer as fraudes com maior facilidade, e cobrar que o objeto do contrato seja executado de forma correta; 2) Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais; 3) Se necessário, abertura de processo de penalização; 4) Aplicação de penalidade e Sanções Administrativas, quando couber. Responsável: Equipe de Gestão, Fiscalização do Contrato e CPIS.	Ação: Penalização da empresa pelo descumprimento contratual. Responsável: CPIS
			1) Falta de empenho vigente para liquidação e				Ação: 1) Controlar o empenho e seu saldo desde o início do Contrato.	

19	pagamento à Contratada.	1) Falta de gerenciamento e controle do orçamento destinado ao Contrato, por parte do responsável.	2	2	Responsável: SOF, SEOF e Gestão do Contrato	Ação: 1) Solicitação imediata da Nota de Empenho. Responsável: CCONT/SPLC
20	1) Prejuízo orçamentário para a Administração.	1) Rescisão Contratual por inexecução do objeto; 2) Objeto mal-executado acarretando desperdício ou dano ao erário.	1	4	Ação: 1) Eficiência do processo seletivo e habilitação da empresa, com ênfase na qualificação econômico-financeira; 2) Aplicação mensal do IMR. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Contratação emergencial até que um novo processo licitatório fosse concluído, abertura de processo de inadimplência, desde que haja autorização superior; 2) Não prorrogação contratual, a solicitação de autorização para novo processo licitatório, e também a abertura de processo de inadimplência; Responsável: Fiscalização e gestão do contrato, CCONT, SLPC e CPIS.
21	1) Corrupção dos agentes da Contratada.	1) Venda de informações; 2) Favorecimento do acesso ao local para fins ilícitos.	1	4	Ação: 1) Cobrar o reforço das orientações sobre o Código de Ética que deve ser repassado pela empresa aos seus funcionários. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Penalização da empresa pelo descumprimento contratual. Responsável: CPIS
22	1) Fraude na documentação trabalhista apresentada.	1) Má fé da Empresa; 2) Má fé dos funcionários da Empresa.	2	4	Ação: 1) Treinamento sobre reconhecimento de fraudes para os servidores que participam do processo de compra. Responsável: Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Penalização da empresa. Responsável: CPIS
					Ação: 1) Abertura da conta vinculada e a devida retenção dos valores correspondentes às obrigações sociais e trabalhistas dos empregados alocados na prestação dos serviços, durante a vigência contratual; 2) Fiscalização	Ação: 1) Abertura do processo para pagamento direto dos trabalhadores, utilizando o saldo da conta vinculada; 2)

Fiscalização	23	Gestão e execução do objeto do Contrato	1) Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS.	1) Má-fé, má gestão ou falta de planejamento da empresa, que provocam o não pagamento das verbas trabalhistas.	1	4	eficiente, melhorando o treinamento dos fiscais, para que durante a vigência contratual, junto à administração, todos os direitos do trabalhador sejam assegurados. Responsável: Equipe de Gestão, Fiscalização do Contrato e a área responsável pela capacitação/treinamento.	Abertura de processo de inadimplência da empresa. Responsável: Fiscalização do contrato, CPIS e SGE.
	24		1) Falta de cooperação entre os integrantes da equipe de planejamento.	1) Desperdício de tempo; 2) Retrabalho; 3) Não cooperação.	1	3	Ação: 1) Reunião prévia com a Equipe para planejamento das ações e dos produtos a serem entregues ao final de cada etapa do planejamento. Responsável: Fiscalização do Contrato, CPCO	Ação: 1) Aplicação do IMR e Sanções Administrativas. Responsável: Fiscalização do Contrato e CPIS
	25		1) Executar serviços fora dos padrões pretendidos.	1) Falha na prestação dos serviços.	1	4	Ação: 1) Acompanhar e cobrar da contratada a realização dos serviços dentro dos padrões pretendidos, utilizando-se dos resultados mensais dos IMRs; 2) Não realizar o recebimento de serviços fora dos padrões pretendidos. Responsável: Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Aplicar descontos previstos no IMR; 2) Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; 3) Exigir a correção dos serviços, conforme disciplinado no Termo de Referência. Responsável: Gestão do Contrato
	26		1) Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.	1) Falha na prestação dos serviços.	1	3	Ação: 1) Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços. Responsável: Gestão e Fiscalização do contrato	Ação: 1) Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual. Responsável: Gestão do Contrato

	27	1) Interrupção definitiva dos serviços pela contratada por outras razões não elencadas anteriormente.	1) Interrupção imediata do contrato.	1	4	Ação: 1) Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços. Responsável: Gestão e Fiscalização do contrato	Ação: 1) Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços. Responsável: SPLC e CLIC
	28	1) Deixar a contratada de fornecer aos empregados às condições necessárias ao desempenho das tarefas, como uniformes, equipamentos e EPI's.	1) Falha na prestação dos serviços; 2) Causa potencial de acidente de trabalho.	1	4	Ação: 1) Acompanhar a execução contratual, de modo a exigir a disponibilização aos empregados de todos os materiais, equipamentos e uniformes previstos no contrato, dentro dos prazos estabelecidos. Responsável: Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual. Responsável: Fiscalização do Contrato
	29	1) Ocorrência de acidente de trabalho com funcionário da contratada.	1) Ocorrência de lesão corporal grave ou fatalidade; 2) Responsabilização subsidiária da Administração.	2	4	Ação: 1) Acompanhar a execução contratual, de modo a não permitir a exceção de tarefas sem o uso de equipamentos de proteção, bem como avaliar os a segurança e o grau de salubridade dos locais onde as tarefas devam ser realizadas. Responsável: Fiscalização do Contrato	Ação: 1) Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; 2) Não permitir a realização de atividades sem a devida verificação de segurança. Responsável: Gestão do Contrato e Fiscal técnico

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Declara-se que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos e especificações são adequados à continuidade da contratação bem como às necessidades de fiscalização do contrato.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenadora de Pregões e Concorrências

JACIARA DE MORAIS FERREIRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Agente Administrativo

DIOGO GUSTAVO CORREA DA CRUZ

Membro da comissão de contratação

Despacho: Contador

SERGIO DE MORAES TRINDADE

Membro da comissão de contratação

Despacho: Agente Administrativo

GUILHERME ANDRADE ERTAL VASCONCELLOS

Membro da comissão de contratação

DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO

Contrato 39/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2026	290002-DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	KARYNE OLIVEIRA RAMOS BASTOS	11/06/2026 11:24 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		08038.011386/2025-26

Preâmbulo



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER ÀS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM **FOZ DO IGUAÇU/PR, SANTA MARIA/RS E CANOAS/RS**, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E A EMPRESA

A União, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 00.375.114/0001-16, localizada no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio da Agricultura, Bloco F, Quadra 01, CEP: 70040-908, Asa Norte, Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário-Geral Executivo, Dr. Edilon Volpi Peres, designado pela Portaria GABDPGF DPGU nº 117, de 22 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, nº 16, p. 62, de 23 de janeiro de 2026, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 88, de 14 de fevereiro de 2014, e a Portaria nº 188, de 19 de julho de 2023, publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU – BEIDPU, em 20 de julho de 2023 – Edição nº 142, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na(o) _____, em _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme Processo nº 08038.011386/2025-26 e em observância às disposições da Lei nº 14.133,

de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação predial, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, para atender as unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.

1.2. O objeto será executado por itens distintos:

1.2.1. Posto de serviço de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra;

Item	Unidade	Descrição	Quant. de postos	CBO
1	Foz do Iguaçu/PR	Limpeza e Conservação	02	5143-20
2	Santa Maria/RS		01	
3	Canoas/RS		01	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e o **Termo de Referência (TR)**, anexos a este instrumento, integram o presente contrato para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

1.5. A observância das especificações, metodologias, obrigações e prazos contidos no ETP e no TR é de caráter compulsório, vinculando as partes à sua estrita execução. Em caso de divergência entre os termos deste contrato e seus anexos, prevalecerão as disposições do instrumento contratual, sem prejuízo da plena eficácia técnica e operacional estabelecida nos referidos documentos técnicos.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, limitado a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

2.6.1. A renovação do contrato com a empresa sancionada será permitida apenas de maneira EXCEPCIONAL, EXTRAORDINÁRIA, TEMPORÁRIA E PRECÁRIA, para atender ao melhor interesse público.

3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.1. O regime de execução e gestão do contrato, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo do Pregão Eletrônico nº XX/2025.

4. Cláusula quarta - subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula quinta - preço

5.1. O valor estimado da contratação para o serviços de limpeza, asseio e conservação para atender as Unidades da Defensoria Pública da União em **Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS** será de:

5.1.1. O valor estimado mensal para a unidade de **Foz do Iguaçu/PR** é de R\$ 13.606,96 (treze mil seiscentos e seis reais e noventa e seis centavos), o valor total para 12 meses é de R\$ 163.283,52 (cento e sessenta e três mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 816.417,60 (oitocentos e dezesseis mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta centavos);

5.1.2. O valor estimado mensal para a unidade de **Santa Maria/RS** é de R\$ 6.383,33 (seis mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), o valor estimado para 12 meses é de R\$ 76.599,96 (setenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 382.999,80 (trezentos e oitenta e dois mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos);

5.1.3. O valor estimado mensal para a unidade de **Canoas/RS** é de R\$ 6.606,34 (seis mil seiscentos e seis reais e trinta e quatro centavos), o valor estimado para 12 meses é de R\$ 79.276,08 (setenta e nove mil duzentos e setenta e seis reais e oito centavos) e o valor estimado para 60 meses é de R\$ 396.380,40 (trezentos e noventa e seis mil trezentos e oitenta reais e quarenta centavos).

5.2. Os valores acima também estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de CONTRATANTE, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os valores acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência Anexo a este Contrato.

7. Cláusula sétima - repactuação dos preços contratados

7.1. Repactuação dos postos de serviços de limpeza com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.1.1. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, aplica-se a presente contratação, visto que tem por objeto prestação de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

7.1.2. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA;

7.1.3. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.1.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.1.3.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.1.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.1.4.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.1.5. A CONTRATADA deverá formalizar o pedido de repactuação por escrito, sendo vedado o pedido retroativo do valor inicialmente pactuado, sob pena de preclusão;

7.1.6. A CONTRATADA, para fazer jus à repactuação retroativa, deverá solicitá-la até a prorrogação contratual ou o encerramento do contrato, pois serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o fim de vigência do ajuste;

7.1.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços, com base no art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, 2021;

7.1.8. Será admitida, por solicitação da CONTRATADA, a repactuação dos preços dos serviços para os custos relativos:

7.1.8.1. Para os custos relativos: à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.1.8.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.1.9. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 01 (um) mês, nos termos do art. 92, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.10. Para a repactuação prevista neste item, a CONTRATADA deverá demonstrar, de forma analítica, a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, mediante a apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamente a repactuação, conforme a natureza da variação de custos objeto do pedido, observado o disposto no Decreto nº 9.507, de 2018, no que couber e no que não contrariar a Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.11. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA;

7.1.12. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus, e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

7.1.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias, com base no art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.14. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias envolvidas na contratação;

7.1.15. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho;

7.1.16. Os novos valores contratuais decorrentes de repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

7.1.16.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

7.1.16.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

7.1.16.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.1.17. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente;

7.1.18. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.1.18.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.1.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

7.1.20. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices e obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, com fulcro no artigo 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.21. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato;

7.1.22. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha aproporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação;

7.1.23. A repactuação não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no artigo 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.24. A CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, vide art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.25. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.1.25.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.1.26. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo - IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.1.27. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

7.1.28. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo;

7.1.29. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.1.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo;

7.1.31. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual;

7.1.32. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação;

7.1.33. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras;

7.1.34. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

7.1.35. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão;

7.1.36. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão;

7.1.37. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório;

7.1.38. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, conforme art. 92, § 6º, c/c o artigo 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.39. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos;

7.1.40. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento;

7.1.41. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.42. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados;

7.1.43. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento;

7.1.44. A repactuação e o reajuste poderão ocorrer simultaneamente e serão formalizados por meio de apostilamento ao contrato;

7.1.45. Para fins de eventual repactuação dos valores relativos à mão de obra, nos termos do art. 135, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, somente será admitida a análise com base na convenção coletiva de trabalho originalmente indicada na proposta, desde que corretamente vinculada ao enquadramento sindical da empresa e compatível com os serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.2. Reajuste dos Preços dos Serviços Eventuais e/ou Sob Demanda.

7.2.1. Os preços unitários inicialmente contratados para os serviços de natureza eventual e sob demanda serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data de apresentação da proposta, conforme definido neste Termo de Referência.

7.2.2. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, os preços unitários poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da CONTRATADA, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, aplicável exclusivamente aos serviços efetivamente demandados e executados após a ocorrência da anualidade, vedada a aplicação retroativa a ordens de serviço já concluídas.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

- 7.4. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do índice de reajustamento adotado, os valores devidos serão calculados com base na última variação conhecida, procedendo-se à compensação da diferença tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para fins de reajuste será, obrigatoriamente, o índice definitivo.
- 7.6. Caso o índice de reajustamento adotado venha a ser extinto ou, por qualquer motivo, não possa mais ser utilizado, será aplicado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então vigente.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial, por meio de termo aditivo, observada a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 7.8. O reajuste dos preços unitários será formalizado por apostilamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9. Vedada à repactuação antes do transcurso do interregno mínimo de 1(um) anos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar a CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Defensoria Pública da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A CONTRATANTE terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até **01 (um) mês**.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. Cláusula nona - obrigações do contratado

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior com base no art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação no art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, com base no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006;

9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123, de 2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.42. Realizar os serviços de limpeza, asseio e conservação nas Unidades da Defensoria Pública da União em Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS, conforme endereços abaixo:

UNIDADE	ENDEREÇO
Foz do Iguaçu/PR	Endereço: Rua Tarobá, nº 834, Centro (Zona C), Foz do Iguaçu/PR –CEP: 85.851-220 E-mail: dpu.adm.foz@dpu.def.br Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 10h às 17h
Santa Maria/RS	Endereço: Alameda Montevideo, 313, 3º andar, bairro Nossa Sra. das Dores/RS, Santa Maria/RS – CEP: 97.050-510 E-mail: dpu.adm.santamaria@dpu.def.br Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 14h às 17h
Canoas/RS	Endereço: R. Domingos Martins, 121, Loja 02, Centro, Canoas/RS – CEP: 92.010-170 E-mail: .guilherme.ertal@dpu.def.br; dpu.adm.canoas@dpu.def.br Horário de funcionamento: Terças-feiras, das 10h às 17h

9.43. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.44. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% (oito por cento) das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.44.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE.

9.44.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006.

9.44.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% (oito por cento) com a nova contratação.

9.44.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.44.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.44.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.

9.44.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.45. Deverá a CONTRATADA acatar o disposto no Decreto nº 11.430, de 2023 e na Resolução DPU nº 171, de 2020, dispondo de vagas específicas para atender a porcentagem destinada a inclusão efetiva de pessoas trans., egressos do sistema prisional e pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, com a finalidade de promover a igualdade de oportunidades. Portanto, deve respeitar o quantitativo abaixo:

9.45.1. Percentual 5% (cinco por cento) da força de trabalho composta por pessoas auto identificadas trans;

9.45.2. Percentual 5% (cinco por cento) da força de trabalho composta por egressos do sistema prisional;

9.45.3. Percentual 30% (trinta por cento) da força de trabalho composta por pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, sem prejuízo de confirmação por mecanismos próprios de heteroidentificação;

9.45.4. Percentual mínimo de 8% (oito por cento) das vagas para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, ressalta-se que esse percentual se aplica a contratos com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores.

9.46. É admitida a superposição entre as quotas e a Defensoria Pública-Geral da União poderá estabelecer quotas em favor de grupos em situação de vulnerabilidade não listados nos subitens acima, fixando percentuais análogos aos estabelecidos em legislação que regule medidas afirmativas de inclusão.

9.47. Caso a quantidade de postos de serviços torne inviável a composição supracitada, deverá a CONTRATADA alegar impossibilidade, eximindo-se do cumprimento de tal obrigação.

9.47.1. Mesmo após o devido empenho, havendo carência de candidatos que atendam as especificações, a CONTRATADA necessita comprovar a impossibilidade de suprir as exigências dispostas na Resolução DPU nº 171, de 2020;

9.47.2. Verificada a falta de diligência da CONTRATADA, aplicar-se-ão as sanções previstas em lei a título de descumprimento contratual;

9.47.3. A CONTRATADA e a fiscalização organizarão um formulário eletrônico para aferição do cumprimento desta agenda política de ações afirmativas no âmbito da DPU.

9.48. O desenvolvimento pela LICITANTE, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.49. Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

9.49.1. Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

9.49.2. Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

9.49.3. Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

9.49.4. Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

9.49.5. Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

9.49.6. Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

9.50. Realizar perícia, no prazo de 30 (trinta) dias após assinatura do Termo de Contrato, a partir da emissão de laudo técnico emitido por profissional competente e devidamente registrado na Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), bem como se a atividade apontada como insalubre consta na relação da NR-15 da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 1978 da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

9.50.1. Caso seja positiva a caracterização da insalubridade, a Contratada deverá apresentar nova planilha de custos e formação de preços acrescida do percentual constante da Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo para o grau de insalubridade constatado, para que o valor do contrato seja revisto nos termos do artigo 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.50.2. Detectando a condição de insalubridade dos serviços a serem executados, a Contratada fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços a partir da emissão do laudo técnico.

9.51. Caso a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) preveja o pagamento de adicional de insalubridade, este deverá ser imediatamente incluído na planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa. Após a emissão do laudo técnico, a porcentagem deverá ser ajustada conforme o grau de insalubridade detectado, com o envio de nova planilha de custos e formação de preços atualizada.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 - LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. Considerando que não será permitida a subcontratação, o Contratado será o único responsável por garantir o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, devendo assegurar a observância integral das disposições da LGPD no tratamento dos dados pessoais envolvidos na execução do contrato.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

11.2. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento os termos deste Contrato, a empresa CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade para todo o período de execução dos serviços e 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

11.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, ou fiança bancária.

11.3.1. Quando a escolha for a modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A validade da garantia, qualquer uma que seja escolhida, deverá ser durante a execução do contrato e 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada quando houver prorrogação contratual nos termos do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021 e complementada no caso de acréscimo previsto no artigo 125, da referida Lei.

11.5. Com base no princípio da eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que determina que a administração pública deve atuar com celeridade, eficácia e economicidade e no artigo 98 da Lei nº 14.133, de 2021, o seguro garantia será executado independentemente de decisão judicial transitada em julgado, em razão da constatação do inadimplemento de obrigações contratuais, rescisão unilateral do contrato ou aplicação de sanções administrativas previstas neste instrumento.

11.5.1 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5.2. O seguro que não atenda a condicionante de execução independentemente de decisão judicial transitada em julgado, será rejeitada, com base na avaliação de conveniência e oportunidade;

11.5.3. Em conformidade com o Parecer nº 00036/2024/DECOR/CGU/AGU, o seguro pode ser aceito ou recusado quando condiciona sua execução ao trânsito em julgado de decisão, vejamos:

"I - Não se mostra compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, a cláusula de seguro-garantia que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ação de responsabilização, em contrato de prestação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra";

"II - A apólice de seguro-garantia que contenha essa previsão é passível de rejeição, cabendo à Administração a decisão a partir da avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade."

11.6. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 11.8 deste contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.9.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.9.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.9.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

11.9.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

11.10. A modalidade Seguro-Garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria, não sendo permitida apólice de seguro que condicione a abertura do sinistro a trânsito em julgado da questão no Poder Judiciário.

11.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.12. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento):

11.12.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.12.2. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, conforme art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 2022.

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.20. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

11.21. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

11.22. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

11.22.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou

11.22.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

11.24. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

11.26. A CONTRATADA deverá encaminhar a referida garantia à Coordenação de Contratos – CCONT, da Defensoria Pública Geral da União, localizada no Edifício Palácio da Agricultura, Bloco F, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Brasília/DF, CEP: 70040-908, até a data de assinatura do contrato, sob pena das sanções estabelecidas no Contrato, no Edital, e na legislação pertinente.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a CONTRATADA que:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.5. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

12.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos moldes do artigo 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.5”, “12.1.3.” e “12.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, de acordo com o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.4.2. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total de sua proposta à LICITANTE que tenha conduta ilícita no certame, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital;

12.2.4.3. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela recusa em assiná-lo no prazo máximo determinado pela CONTRATANTE, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Edital;

12.2.4.4. Compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inexecução total do objeto contratado, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à CONTRATANTE;

12.2.4.5. Moratória no percentual correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 2% (dois por cento), ou seja, por **20 (vinte) dias**, o que poderá ensejar a extinção do Termo de Contrato;

12.2.4.6. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total contratado, pela inadimplência além do prazo acima;

12.2.4.7. Moratória no percentual de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Termo de Contrato por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia, até o limite máximo de 2% (dois por cento), o que poderá ensejar a extinção do Contrato.

12.3.3. O impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 03 (três) anos, conforme art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, conforme inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem 12.2.2 facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

12.5. Além da multa prevista no subitem 12.2.4 pelo descumprimento obrigações contratuais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% sobre o valor mensal do contrato

02	0,4% sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% sobre o valor mensal do contrato
04	1,6% sobre o valor mensal do contrato
05	3,2% sobre o valor mensal do contrato
06	4,0% sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	06
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por unidade de atendimento.	06
3	Manter empregado sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Permitir a presença de empregado com roupa suja, manchado ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	01
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02

Para os itens a seguir, deixar de:

6	Zelar pelas instalações da DPU utilizadas, por item e por dia.	03
7	Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência.	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.	01
9	Entregar os salários, vales-transportes e/ou tíquete-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.	02

10	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.	02
11	Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	06
12	Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
13	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

12.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE, baseado no artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa com previsão do artigo 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo nº 157, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, no previsto no artigo 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados, nos moldes do artigo 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

12.9.1. Natureza e a gravidade da infração cometida;

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.9.4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

12.9.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei previsto no art. 159.

12.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do artigo 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, previsto no artigo 161, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do contratado para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 2022.

12.15. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será realizada por meio de processo administrativo e assegurado a LICITANTE vencedora o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no artigo 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 1999.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos **02 (dois) meses** de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de **02 (dois) meses** da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **02 (dois) meses** da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, com base no art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria, conforme art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133, de 2021; e

13.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de **15 (quinze) dias**, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado, com base no art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11. O contratante poderá ainda:

13.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, nos termos do art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com base no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. Cláusula décima quarta - alterações

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.” acrescenta-se “Nas alterações unilaterais, o Contratado é obrigado aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, conforme o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **01 (um) mês** (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Cláusula décima quinta - dotação orçamentária

15.1. As despesas para atender esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026.

Foz do Iguaçu/PR	
Ação	21CZ
PTRES	204601
Fonte	1000
Natureza da Despesa	339037
Plano Interno	F21CZLIM037
UGR	290522

Santa Maria/RS	
Ação	21CZ
PTRES	204601
Fonte	1000
Natureza da Despesa	339037
Plano Interno	F21CZLIM037
UGR	290548

Canoas/RS	
Ação	21CZ
PTRES	204601
Fonte	1000

Natureza da Despesa	339037
Plano Interno	F21CZLIM037
UGR	290577

15.2. As despesas do (s) exercício (s) subsequente (s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

16. Cláusula décima sexta - dos casos omissos

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. Cláusula décima sétima - publicação

17.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da mesma lei e ao artigo 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

18. Cláusula décima oitava - foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, **vai assinado eletronicamente pelos contraentes.**

19. Cláusula décima nona - Prevenção

19.1. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio, Discriminação e Violência Institucional

19.1.1. A CONTRATADA deverá adotar e manter, durante toda a vigência do contrato, medidas efetivas de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual, à discriminação e a quaisquer formas de violência no ambiente de trabalho, aplicáveis a todos os empregados vinculados à execução do objeto contratual, em conformidade com a legislação vigente.

19.2. **Para fins deste instrumento, considera-se:**

19.2.1. Assédio Moral a exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, que atente contra a dignidade do colaborador., como por exemplos incluem rigor excessivo, isolamento do funcionário ou atribuição de tarefas vexatórias fora das competências contratuais.

19.2.2. Assédio Sexual é todo comportamento de cunho sexual (seja por meio de palavras, gestos ou contato físico) não desejado pelo destinatário, que cause constrangimento e viole sua liberdade. No âmbito deste contrato, inclui-se a chantagem para manutenção do emprego ou a criação de um ambiente hostil que prejudique o desempenho do profissional.

19.2.3. Discriminação é o tratamento diferenciado ou injustificado motivado por raça, cor, gênero, idade, religião, deficiência ou orientação sexual. É vedada qualquer distinção que prejudique a igualdade na admissão, na escala de postos, no uso de equipamentos ou na convivência entre os prestadores de serviço e os servidores da Administração.

19.2.4. As obrigações previstas no subitem 19.1.1 aplicam-se integralmente aos empregados terceirizados com dedicação exclusiva, inclusive supervisores, encarregados e prepostos da CONTRATADA, quando no desempenho de atividades nas dependências do órgão ou entidade CONTRATANTE ou em locais por ele indicados.

19.3. A CONTRATADA deverá **promover ações de orientação e conscientização** de seus empregados por meio de palestras, workshop ou campanhas informativas acerca:

19.3.1. Da vedação a práticas de assédio moral e sexual;

19.3.2. Da proibição de condutas discriminatórias;

19.3.3. Dos deveres de urbanidade e respeito no ambiente institucional da Administração Pública;

19.3.4. Dos canais de denúncia disponíveis.

19.4. A **CONTRATADA** deverá **divulgar** de forma clara e acessível aos seus empregados os canais de denúncia **internos da empresa e os canais institucionais do CONTRATANTE, inclusive a Ouvidoria e o sistema Fala.BR**, quando aplicável, assegurando ciência quanto às garantias de confidencialidade e proteção contra retaliação.

19.5. É **vedada à CONTRATADA qualquer forma de retaliação, punição, discriminação ou prejuízo funcional ao empregado terceirizado que, de boa-fé:**

19.5.1. Formular denúncia;

19.5.2. Atuar como testemunha;

19.5.3. Colaborar com procedimentos de apuração administrativa.

19.6. O disposto no subitem 19.5 não impede a apuração de denúncias manifestamente infundadas, desde que comprovada a má-fé do denunciante, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação trabalhista aplicável.

19.7. Sempre que houver denúncia envolvendo empregado da CONTRATADA, esta deverá cooperar integralmente com o CONTRATANTE, prestando informações, adotando medidas corretivas e, quando necessário, afastando preventivamente o empregado da execução contratual, quando a gravidade dos fatos assim o justificar, sem prejuízo da continuidade do serviço.

19.8. O descumprimento das obrigações relativas à prevenção ao assédio caracterizará infração contratual, sujeitando a CONTRATADA às **sanções previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133, de 2021**, observado o contraditório e a ampla defesa.

19.9. Dos Limites de Atuação e Responsabilidades

19.9.1. A **CONTRATADA** deverá implementar e manter medidas eficazes de prevenção e combate ao assédio sexual, moral e demais formas de violência no âmbito do trabalho, em conformidade com a Lei nº 14.457/2022.

19.9.1.1. Cabe exclusivamente à CONTRATADA o treinamento, a recepção de denúncias e a aplicação de sanções disciplinares aos seus prepostos e empregados;

19.9.1.2. O **CONTRATANTE** limita-se a exigir a comprovação de que tais políticas existem e estão sendo executadas, podendo realizar campanhas educativas conjuntas sem que isso configure gestão de pessoal.

19.10. Da Ausência de Ingerência e Vínculo Empregatício

19.10.1. As diretrizes de combate ao assédio estabelecidas neste instrumento não implicam, sob qualquer hipótese, ingerência do **CONTRATANTE** na gestão administrativa, técnica ou disciplinar da **CONTRATADA**.

19.10.1. Fica reiterado que os empregados da **CONTRATADA** vinculam-se exclusivamente a ela, mantendo-se a subordinação direta e técnica com a empresa empregadora, evitando-se qualquer subordinação direta com agentes públicos do **CONTRATANTE**.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACIARA DE MORAIS FERREIRA

Coordenadora de Pregões e Concorrências

ANEXO IV – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha de Custos e Formação de Preços	
Unidade de medida	Posto
Quantidade da unidade de medida	
Quantidade de empregados por unidade de medida	
CCT utilizada como parâmetro	
Categoria	
Piso salarial da categoria	R\$ 0,00
Turno	

Módulo 1 - Composição da Remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário-Base	-	R\$ -
B	Adicional de Periculosidade	%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	%	R\$ -
D	Adicional Noturno	%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	%	R\$ -
G	Outros (especificar)	-	R\$ -
Total			R\$ -

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	%	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	%	R\$ -
Total			R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS	%	R\$ -

B	Salário Educação	%	R\$ -
C	SAT	%	R\$ -
D	SESC ou Sesi	%	R\$ -
E	SENAI - SENAC	%	R\$ -
F	SEBRAE	%	R\$ -
G	INCRA	%	R\$ -
H	FGTS	%	R\$ -
Total		%	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ -	R\$ -
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ -	R\$ -
C	Outros (especificar)	R\$ -	R\$ -
D	Outros (especificar)	R\$ -	R\$ -
E	Outros (especificar)	R\$ -	R\$ -
Total			R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

Submódulo 3.1 - Aviso Prévio	%	Valor (R\$)
------------------------------	---	-------------

A	Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
C	Multa do FGTS do Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
D	Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
F	Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
Total		%	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	%	R\$ -
B	Substituto na cobertura de Ausências por Doenças	%	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Ausências Legais	%	R\$ -
D	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	%	R\$ -
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	%	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	%	R\$ -
G	Outros (Especificar)	%	R\$ -
Total		%	R\$ -

Submódulo 4.2 - Intrajornada		Horas de Reposição	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso e alimentação	-	R\$ -
Total			R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
--	-------------

4.1	Ausências Legais	R\$ -
4.2	Intrajornada	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ -
B	Materiais	R\$ -
C	Equipamentos	R\$ -
D	Utensílios	R\$ -
Total		R\$ -

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	%	R\$ -
B	Lucro	%	R\$ -
C	Tributos	%	-
	C.1. Tributos Federais (PIS+COFINS)	%	R\$ -
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)	%	-
	C.3. Tributos Municipais (ISS)	%	R\$ -
Total		%	R\$ -

Quadro Resumo do Custo do Empregado		
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ -

D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
Subtotal (A + B +C+ D+E)		R\$ -
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ -
Valor Total por Empregado		R\$ -



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE ATENDIMENTO AO EFETIVO E PÚBLICO EXTRAORDINÁRIO

(Identificação completa do representante da Licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da Licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item XX do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026 que:

Grupo	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas – Foz do Iguaçu/PR	
1	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	1.140,00 m ²
		Áreas externas	430,00 m ²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	282,04 m ²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	80,00 m ²

Grupo	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas – Santa Maria/RS	
2	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	452,62 m ²
		Áreas externas	0,00 m ²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	62,08 m ²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	59,68 m ²

Grupo	Descrição do Serviço	Especificação das Áreas – Canoas/RS	
3	Limpeza, asseio e conservação	Metragem das áreas internas	415,25 m ²
		Áreas externas	38,78 m ²
		Esquadrias externas:	
		Face externa/interna SEM exposição à situação de risco	90,08 m ²
		Face externa (Fachada envidraçada) COM exposição à situação de risco, conforme periodicidade do Termo de Referência	93,73 m ²

DPU – Foz do Iguaçu/PR	
Quantidade de defensores	05
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	27
Quantidade de copas	01

DPU – Santa Maria/RS	
Quantidade de defensores	04
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	23
Quantidade de copas	01

DPU – Canoas/RS	
Quantidade de defensores	02
Quantidade de colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários)	10
Quantidade de copas	01

DPU – Foz do Iguaçu/PR		
Quantidade de Banheiros		21
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um número elevado e rotativo de pessoas)
05	14	02

DPU – Santa Maria/RS		
Quantidade de Banheiros		13
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um nº elevado de pessoas)

08	04	01
----	----	----

DPU – Canoas/RS		
Quantidade de Banheiros		04
Comuns (uso restrito)	Coletivos (espaço compartilhado por várias pessoas)	Grande circulação (utilizado por um nº elevado de pessoas)
01	02	01

* Quantidade de atendimentos da média mensal dividido por número de dias úteis.

Todos os materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários à manutenção do ambiente serão fornecidos pela prestadora de serviços de limpeza e conservação; e

O montante cotado em materiais de consumo, utensílios e equipamentos é suficiente para atendimento do objeto.

_____, em ____ de _____ de _____

(Representante legal do Licitante / consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

ANEXO VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

INDICADORES	
PROPORCIONALIDADE AO ATINGIMENTO DE METAS ESTABELECIDAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços de limpeza, higienização e conservação nas dependências da DPU.
Meta a cumprir	100% das rotinas estabelecidas para os serviços a serem executados e para os materiais e utensílios a serem entregues, conforme estabelecido no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatórios mensal de avaliação como meio de controle, conforme Tabela I – Fatores de Avaliação abaixo.
Forma de acompanhamento	A fiscalização técnica do contrato acompanhará diariamente e mensalmente, respectivamente, a qualidade dos serviços prestados, registrando as ocorrências em relatório próprio, lançando o resultado nas planilhas de controle – Tabela I – Fatores de Avaliação e Tabela II – Ajuste no Pagamento.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Verificação e valoração do número de ocorrências no mês, o que refletirá no percentual (%) de atingimento da meta ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no Pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - 0 a 10 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. - 11 a 15 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. - 16 a 20 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. - 21 ou mais ocorrências = 80% da meta = recebimento 80% da fatura.
Sanções	<ul style="list-style-type: none"> - 95% da meta = advertência. - 90% da meta = advertência + multa. - 80% da meta = multa + rescisão contratual.
Observações	<p>Os níveis de serviços serão avaliados mensalmente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços.</p> <p>A primeira avaliação será formulada após o 30º (trigésimo) dia da data de assinatura do Contrato.</p> <p>O ajuste no pagamento, se houver, será formalizado mensalmente e terá início no primeiro dia útil da data da assinatura do Contrato.</p>

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO MENSAL			
ITEM	METAS	OCORRÊNCIAS	
		Nº Ocorrências	
		SIM = 0	NÃO = 1
1	Manter a documentação de habilitação atualizada.		
2	Manter empregado qualificado para a execução dos serviços.		
3	Manter os serviços contratuais de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com o determinado no Termo de Referência.		
4	Observar a periodicidade e o modo de execução dos serviços, conforme estabelecido no Termo de Referência.		
5	Registrar e controlar a assiduidade e pontualidade dos empregados, não permitindo atraso na chegada ou antecipação na saída superior a 15 (quinze) minutos.		
6	Providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências nos postos de serviço.		
7	Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança para a prestação dos serviços, quando necessário, utilizando equipamentos de EPIs ou EPCs adequados.		
8	Comprovar a capacitação de seus empregados quanto ao treinamento específico para a redução dos desperdícios, após o terceiro mês de execução do contrato.		
9	Utilizar produtos de limpeza que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.		
10	Observar as Resoluções do CONAMA, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento e demais legislação correlata à sustentabilidade e Meio Ambiente.		
11	Realizar a separação dos materiais recicláveis descartáveis e destinar a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.		
12	Cumprir as políticas de segurança da DPU.		
13	Ser cordial no trato com os colegas de trabalho, servidores e/ou usuários.		

TOTAL DE METAS NO MÊS	
------------------------------	--

ITEM	FALTAS	OCORRÊNCIAS MÊS XXXX	
		Nº Ocorrências	
		SIM = 1	NÃO = 0
1	Deixar de entregar os materiais e/ou utensílios utilizados na execução dos serviços fora do prazo estabelecido no Termo de Referência.		
2	Deixar de recolher, acondicionar e/ou armazenar o lixo de forma inadequada.		
3	Permitir que as lixeiras suportem detritos acima de sua capacidade.		
4	Deixar de proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia.		
5	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou com uniforme incompleto, rasgado e/ou sujo.		
6	Permitir a execução dos serviços por colaboradores sem qualificação e/ou sem identificação (uso de crachás).		
7	Deixar de executar o serviço solicitado pela fiscalização técnica e/ou administrativa ou abandoná-lo sem motivo de força maior.		
8	Diluir produtos de limpeza e conservação prontos para uso.		
9	Diluir produtos concentrados na proporção diferenciada daquela indicada pelo fabricante.		
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físicos, lesão corporal ou consequências letais.		
11	Destruir ou danificar documentos da DPU por culpa ou dolo de seus empregados.		
12	Utilizar as dependências da DPU para fins diversos do objeto do Contrato.		
13	Deixar de pagar salários, VT e VA dentro do prazo estabelecido pela CCT.		
TOTAL DE FALTAS NO MÊS			
TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS, METAS + FALTAS			

TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO

VALOR DO CONTRATO MENSAL (A)	R\$
Período	30 dias
Número de Ocorrências (metas + faltas) (B)	

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS NO MÊS (B)	PERCENTUAL DE ATINGIMENT O DA META % (C)	FATOR IMR (A) x (C) = Valor a ser recebido pela empresa
0 a 10	100%	R\$
11 a 15	95%	R\$
16 a 20	90%	R\$
Acima de 21 ocorrências	80%	R\$
R\$		
R\$		

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item único do Edital de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação de forma continuada, com o fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais, equipamento e utensílios necessários e adequados à execução dos serviços para atender as necessidades das Unidades da Defensoria Pública da União em Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº XX/2026 foi elaborada de maneira independente (pela Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico nº XX/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº XX/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº XX/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº XX/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº XX/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº XX/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

(f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



**ANEXO VIII - MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS NORMAS
DO EDITAL**

PREGÃO ELETRÔNICO XX/2026

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao Pregão nº XX/2026 da UASG 290002 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

CNPJ: _____

EMPRESA: _____

_____, ____ de _____ de _____

(nome e número da identidade do declarante)



ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, CF/88 E ART. 68, INCISO VI DA LEI Nº 14.133 DE 1 DE ABRIL DE 2021

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (catorze) anos de idade.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz. ()

_____, ____ de _____ de _____

(nome e número da identidade do declarante)

(nome e número do R.G. do declarante)



**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

_____ (razão social da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº XX/2026, DECLARA expressamente que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de _____

(nome e número da identidade do declarante)



**ANEXO XI - TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO Nº XX/2026

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, OPTA pelo tratamento diferenciado, estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do Artigo 3º e seus parágrafos, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e DECLARA ser:

() Microempresa () Empresa de Pequeno Porte.

_____, ____ de _____ de _____

Representante Legal



ANEXO XII – DECLARAÇÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de prestação de serviços técnicos que estabelece a contratação de empresa especializada limpeza, conservação e asseio existentes nas Unidades da Defensoria Pública da União em Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS, que o(a) Sr.(a).....(nome do responsável técnico da empresa), identidade nº/.....(UF), CREA nº/.....(UF), Responsável Técnico da Empresa (razão social da empresa), CNPJ nº....., efetuou vistoria técnica nas instalações das Unidades da Defensoria Pública da União nas unidades de Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS, na presente data, tomando conhecimento de todas as características dos equipamentos, das condições em que serão executados os serviços, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

_____, ____ de _____ de _____

.....
(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
(Nome da Empresa)
(Endereço da Empresa)
(Telefone para contato)



ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

A empresa _____, sob o CNPJ nº _____ declara para fins de participação do processo, referente à contratação de empresa especializada em limpeza, conservação e asseio existentes nas Unidades da Defensoria Pública da União, que se absteve de vistoriar as instalações das Unidades em Foz do Iguaçu/PR, Santa Maria/RS e Canoas/RS, se responsabilizando por todas as consequências deste ato.

Ciente, que não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços, equipamentos e de dificuldades técnicas não previstas.

_____, ____ de _____ de _____

.....
(Nome do Responsável Técnico da Empresa)
(Nome da Empresa)
(Endereço da Empresa)
(Telefone para contato)



ANEXO XIV - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A _____, doravante designada simplesmente EMPRESA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede em _____, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____ e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o nº _____, conforme documentação comprobatória de vínculo anexo, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, em conformidade com as cláusulas que seguem:

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade é prover a necessária e adequada proteção às informações de acesso restrito de propriedade exclusiva da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, reveladas à EMPRESA, em função de possível prestação de serviços a serem realizados;
2. A expressão “informações de acesso restrito” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, contendo ela ou não rótulo de classificação quanto ao sigilo, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros, a que, diretamente ou por meio de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venham a EMPRESA ter acesso em razão de possível prestação de serviços a serem realizados;
3. A EMPRESA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, das informações de acesso restrito reveladas;
4. A EMPRESA compromete-se a não utilizar de forma diversa da prevista neste Termo as informações de acesso restrito reveladas;
5. A EMPRESA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento próprio;
6. A EMPRESA determinará a observância deste Termo de Confidencialidade a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam diretas ou indiretamente envolvidos com

a possível prestação de serviço, ficando ainda responsável pela fiscalização do cumprimento das condições constantes no instrumento firmado;

7. Os empregados, prepostos e prestadores de serviço da EMPRESA que terão acesso às informações da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO deverão ser imputáveis perante a lei;

8. A EMPRESA obriga-se a informar imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por escrito e no prazo máximo de 24 horas, contados a partir da data e horário da ocorrência do incidente, qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo;

9. A EMPRESA devolverá imediatamente à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, ao término da possível realização dos serviços, todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada de acesso restrito, nos termos do presente Termo de Confidencialidade, a que teve acesso em decorrência de possível prestação de serviços com a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO;

10. A EMPRESA estará sujeita, em caso de quebra do sigilo das informações de acesso restrito reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, por ação ou omissão, de eventuais sanções definidas em Lei aplicável ao caso, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo;

11. Tendo em vista o princípio da boa-fé objetiva, permanece em vigor o dever de sigilo, tratado no presente Termo de Confidencialidade, após o término da possível prestação do serviço. Ademais, a EMPRESA ao ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e de que não utilizará deste para quaisquer divulgações futuras;

12. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações de acesso restrito da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

Por estar de acordo, a EMPRESA, por meio de seu representante legal, firma o presente Termo de Confidencialidade, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

_____, ____ de _____ de _____

<REPRESENTANTE DA EMPRESA>

<Vínculo do representante com a EMPRESA>

RG: _____ CPF: _____

DE ACORDO: (Integrantes da equipe técnica da EMPRESA)

Nome:

RG: _____ CPF: _____

ANEXO XV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa

Vigência do Contrato

Valor total dos Contratos

R\$ _____

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.